



CONTA DE **GERÊNCIA** 2025



Índice

1. INTRODUÇÃO	5
2. ENQUADRAMENTO CONTABILÍSTICO	6
3. RESPONSABILIDADE PELA INFORMAÇÃO FINANCEIRA.....	7
4. ANÁLISE ORÇAMENTAL.....	9
4.1. Síntese do desempenho orçamental.....	9
4.2. Receita	10
4.2.1. Desempenho anual	10
4.2.2. Comparação homologa	16
4.3. Despesa.....	20
4.3.1 Desempenho anual	20
4.3.2 Comparação homologa	27
4.4. Saldo da gerência	30
5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (NCP-PE).....	32
5.1. Balanço.....	34
5.2. Demonstração dos resultados por natureza.....	35
5.3. Demonstração de fluxos de caixa.....	36
5.4. Demonstração das alterações no património líquido.....	37
5.5. Anexo às demonstrações financeiras	38
5.6. Responsabilidade pelas demonstrações financeiras	63
6. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS (NCP 26) E DECLARAÇÕES (LCPA).....	64

Anexos

- A.1. Demonstração de desempenho orçamental
- A.2. Demonstração de execução orçamental da receita
- A.3. Demonstração de execução orçamental da despesa
- A.4. Demonstração de execução do plano plurianual de investimentos
- A.5. Anexo às demonstrações orçamentais
- A.6. Responsabilidade pelas demonstrações orçamentais

A.7. Declaração de compromissos plurianuais

A.8. Declaração de pagamentos em atraso

ÍNDICE DE QUADROS

Q.1 - Síntese do desempenho orçamental.....	9
Q.2 - Receita cobrada por rubrica SNC-AP.....	11
Q.3 - Execução anual das taxas, multas e outras penalidades por CE.....	12
Q.4 - Execução anual das transferências e subsídios correntes recebidas por CE.....	14
Q.5 - Execução anual da venda de bens e serviços por CE.....	15
Q.6 - Comparação homóloga da receita cobrada por rubrica SNC-AP.....	16
Q.7 - Comparação homóloga das taxas, multas e outras penalidades por CE.....	17
Q.8 - Comparação homóloga das transferências e subsídios correntes recebidas por CE.....	18
Q.9 - Comparação homóloga da venda de serviços por CE.....	19
Q.10 - Despesa paga por rubrica SNC-AP.....	21
Q.11 - Execução anual da despesa com o pessoal por CE.....	22
Q.12 - Execução anual das transferências e subsídios correntes concedidas por CE.....	24
Q.13 - Execução anual das outras despesas correntes por CE.....	25
Q.14 - Execução anual da aquisição de bens de capital por CE.....	26
Q.15 - Comparação homóloga da despesa paga por rubrica SNC-AP.....	27
Q.16 - Comparação homóloga das transferências e subsídios correntes concedidos por CE.....	29
Q.17 - Comparação homóloga das outras despesas correntes por CE.....	29
Q.18 - Resumo do saldo da gerência.....	30
Q.19 - Compromissos e obrigações a transitar.....	31

ÍNDICE DE FIGURAS

F.1 - Receitas próprias versus Receitas gerais.....	10
F.2 - Distribuição da rubrica taxas, multas e outras penalidades por áreas.....	13
F.3 - Distribuição da despesa em correntes e de capital.....	20
F.4 - Execução anual da aquisição de bens e serviços por grandes grupos.....	23

PP
A
B
C
D
E

1. INTRODUÇÃO

O presente Relatório e Contas tem como finalidade proporcionar aos responsáveis autárquicos e demais utilizadores da informação financeira da Freguesia de Ermesinde uma visão completa da execução e evolução da política orçamental desenvolvida em 2025, bem como do desempenho económico e da posição financeira da entidade a 31 de dezembro de 2025.

Pretende-se apresentar, de forma transparente e acessível, os principais resultados orçamentais e financeiros decorrentes das atividades realizadas ao longo do ano. Para tal, recorrem-se a quadros, gráficos e indicadores que facilitam a leitura e enriquecem a análise efetuada.

A estrutura do documento organiza-se da seguinte forma:

Pontos 2 e 3 – Enquadramento contabilístico aplicável à entidade e definição das responsabilidades pela preparação, aprovação e apreciação da informação financeira.

Ponto 4 – Análise do desempenho orçamental, evidenciando os níveis de execução da receita e da despesa, destacando os aspetos de maior relevância e apresentando um comparativo com o período homólogo, permitindo avaliar a evolução do desempenho da freguesia.

Ponto 5 – Apresentação das demonstrações de relato financeiro, elaboradas de acordo com as Normas de Contabilidade Pública em vigor.

Ponto 6 – Divulgação das demonstrações de relato orçamental exigidas pelo Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), bem como das declarações previstas no artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

2. ENQUADRAMENTO CONTABILÍSTICO

A reforma da contabilidade pública em Portugal teve início em 2011, na sequência de um diagnóstico aprofundado das práticas e processos de gestão financeira pública, realizado pelo Governo com o apoio de parceiros internacionais. Esse diagnóstico identificou fragilidades significativas, nomeadamente a existência de um sistema contabilístico desatualizado, fragmentado e incapaz de fornecer informação fiável sobre o desempenho das entidades públicas.

Para ultrapassar estas limitações, foi definida uma reforma estrutural assente em dois pilares fundamentais:

Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro;

Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Estes instrumentos introduziram um modelo contabilístico harmonizado, alinhado com as normas internacionais de contabilidade pública, reforçando a transparência, a comparabilidade e a qualidade da informação financeira produzida pelas entidades públicas.

Regimes contabilísticos

A Portaria n.º 218/2016, de 9 de agosto, veio complementar o SNC-AP ao estabelecer um regime simplificado de contabilidade pública para entidades de menor dimensão e risco orçamental. Assim, passaram a existir três categorias de entidades, definidas com base no montante anual de despesa paga, cada uma com instrumentos contabilísticos específicos:

Limites (Despesa paga)	Regime contabilístico	Instrumentos contabilísticos aplicáveis
<= € 1.000.000	Simplificado – micro entidades	NCP26 – Contabilidade e relato orçamental; Divulgação do inventário do património.
> € 1.000.000 e <= € 5.000.000	Simplificado – pequenas entidades	NCP-PE – Contabilidade e relato financeiro para pequenas entidades; NCP26 – Contabilidade e relato orçamental; Plano de Contas Multidimensional.
> € 5.000.000	Regime geral	Estrutura Concetual; NCP1 a NCP25 - Contabilidade e relato financeiro; NCP26 – Contabilidade e relato orçamental; NCP27 – Contabilidade de gestão; Plano de Contas Multidimensional.

A Comissão de Normalização Contabilística (CNC), através da FAQ 19, clarificou que os limites acima referidos devem ser avaliados com base em valores anuais e que a sua verificação deve ocorrer durante dois anos consecutivos.

Enquadramento da Freguesia de Ermesinde

Considerando os critérios definidos e o volume de despesa paga, a Freguesia de Ermesinde enquadra-se na categoria de pequenas entidades. Assim, a prestação de contas relativa ao exercício de 2025 foi preparada com base nos registos contabilísticos efetuados em conformidade com os instrumentos aplicáveis a esta categoria, nos termos do regime simplificado previsto no SNC-AP.

3. IDENTIFICAÇÃO DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS

A responsabilidade pela informação financeira das Freguesias distribui-se por diferentes intervenientes, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), a NCP 1, a Instrução n.º 1/2019 do Tribunal de Contas e a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Preparação das demonstrações financeiras e orçamentais

A preparação das demonstrações financeiras e das demonstrações orçamentais compete aos responsáveis técnicos da Freguesia, designadamente aos responsáveis pelas áreas financeira e contabilística, conforme previsto nas normas contabilísticas aplicáveis. Estes responsáveis asseguram que os registos e documentos contabilísticos refletem de forma verdadeira e apropriada a situação financeira, patrimonial e orçamental da entidade.

Aprovação dos documentos de prestação de contas

De acordo com o artigo 16.º, n.º 1, alínea e), da Lei n.º 75/2013, compete à Junta de Freguesia aprovar os documentos de prestação de contas relativos ao exercício, a submeter à apreciação da Assembleia de Freguesia. O órgão executivo assume, assim, a responsabilidade pela aprovação da prestação de contas, garantindo que a informação financeira apresentada cumpre os princípios de legalidade, rigor, transparência e fiabilidade.

Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas

Nos termos do artigo 9.º, n.º 1, alínea b), da Lei n.º 75/2013, compete à Assembleia de Freguesia, sob proposta da Junta, apreciar e votar os documentos de prestação de contas. A Assembleia exerce uma função de fiscalização política e financeira, pronunciando-se sobre a prestação de contas apresentada pelo órgão executivo.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'PP', 'A', 'de.', 'S/P', and a large circular mark.

4. ANÁLISE ORÇAMENTAL

As demonstrações previsionais previstas na Norma de Contabilidade Pública 26, nomeadamente o Orçamento e o Plano Plurianual de Investimentos são o reflexo financeiro das políticas públicas que se prevê aplicar, traduzindo de que forma e em que montante se prevê arrecadar recursos e os fins previstos para a sua utilização.

Ao longo deste capítulo, apresenta-se a análise ao desempenho e evolução da política orçamental desenvolvida pela Junta de Freguesia.

4.1. Síntese do desempenho orçamental

O desempenho orçamental no ano de 2025, refletido de forma resumida no quadro abaixo, resultou numa receita cobrada total que ascendeu a 1 961 399,84 euros e de uma despesa paga total, no valor 1 892 054,42 euros, culminando num saldo global positivo no exercício, no montante de 69 345,42 euros.

Q.1 - Síntese do desempenho orçamental

Receita		%	Despesa		%	Saldo	
Receita corrente	1 769 169,84	90,20%	Despesa corrente	1 811 104,40	95,72%	Saldo corrente	-41 934,56
Receita de capital	192 230,00	9,80%	Despesa de capital	80 950,02	4,28%	Saldo capital	111 279,98
Receita total	1 961 399,84	100,00%	Despesa total	1 892 054,42	100,00%	Saldo global	69 345,42

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the letters 'RS' and 'C'.

4.2. Equilíbrio Orçamental

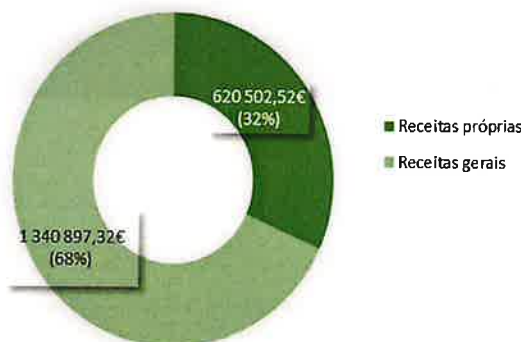
4.2.1. Desempenho anual

As receitas da Freguesia podem ser divididas em dois grandes grupos:

Receitas próprias, que englobam os recursos financeiros que as freguesias podem arrecadar ao abrigo do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (artigo 23.º da Lei 73/2013, de 03 de setembro), nomeadamente: a cobrança de impostos, taxas, multas e outras penalidades e o produto da venda de bens e serviços correntes;

Receitas gerais (ou transferências), que podem assumir uma natureza corrente ou de capital. Estas transferências podem não exigir nenhuma contraprestação direta por parte da freguesia, como as provenientes do Fundo de Financiamento das Freguesias, ou serem condicionadas, quando associadas ao cumprimento de objetivos específicos, como sucede nos contratos de delegação de competências celebrados com o município, nos quais existe uma contraprestação sob a forma de serviços prestados pela freguesia.

Analisada a receita numa ótica de fontes de financiamento, constata-se que, do total de receitas arrecadadas pela Freguesia em 2025, cerca de 68% corresponderam a transferências (receitas gerais), enquanto as receitas próprias representaram os restantes 32%.



F.1 - Receitas próprias versus Receitas gerais

A estrutura da execução da receita, no ano de 2025, encontra-se representada no quadro seguinte, permitindo uma avaliação da receita, não só através da análise ao grau de execução orçamental das suas diversas rubricas orçamentais, mas também o peso de cada uma delas na receita total arrecadada pela Freguesia.

Q.2 - Receita cobrada por rubrica SNC-AP

RUBRICA	ORÇAMENTO CORRIGIDO	RECEITA COBRADA	GRAU DE EXECUÇÃO	PESO
R1. RECEITA FISCAL	42 732,00	43 345,48	101,44%	2,21%
R3. TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	161 705,00	165 069,31	102,08%	8,42%
R4. RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	31 212,00	31 841,52	102,02%	1,62%
R5. TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES	1 346 574,00	1 340 897,32	99,58%	68,36%
R6. VENDA DE BENS E SERVIÇOS	197 899,00	180 949,81	91,44%	9,23%
R7. OUTRAS RECEITAS CORRENTES	7 079,00	7 066,40	99,82%	0,36%
R8. VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	192 230,00	192 230,00	100,00%	9,80%
TOTAL	1 979 431,00	1 961 399,84	99,09%	100,00%

Da análise ao quadro anterior, é possível observar que a receita é constituída, maioritariamente, por «Transferências e subsídios correntes», que representam 68,36% da receita cobrada, seguido pela cobrança de «Venda de bens e serviços» (9,23%).

O desempenho orçamental da receita registou, no exercício em análise, uma execução ligeiramente inferior ao previsto, atingindo um grau de execução de 99,09%. A maioria das rubricas apresentou níveis de execução muito próximos dos 100%. Destaca-se, contudo, a rubrica «Venda de bens e serviços», cujo desempenho ficou aquém do esperado, situando-se nos 91,44%.

De seguida, analisaremos com maior detalhe o comportamento de cada uma das rubricas.

R1. Receita fiscal

Esta rubrica corresponde, no caso das freguesias, exclusivamente ao produto da receita do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) relativo a prédios rústicos e à participação de 1% no IMI sobre prédios urbanos. Trata-se de uma fonte de financiamento legalmente definida, integrada no regime financeiro das autarquias locais e transferida pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT).

O peso deste imposto na receita cobrada total equivale a 2,21%, o que representa, em termos absolutos, uma receita fiscal anual no valor de 43 345,48 euros.

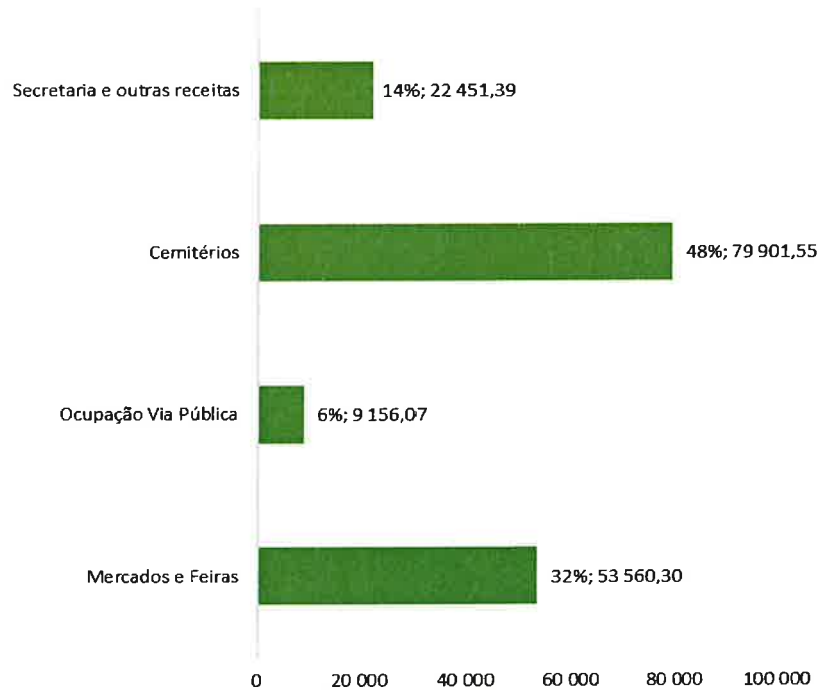
R3. Taxas, multas e outras penalidades

Responsável por 8,42% da receita cobrada, este capítulo económico teve um desempenho orçamental ligeiramente acima do previsto, apresentando um grau de execução anual de 102,08%, correspondente a uma receita cobrada, em termos absolutos, de 165 mil euros.

Q.3 - Execução anual das taxas, multas e outras penalidades por CE

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	ORÇAMENTO CORRIGIDO	RECEITA COBRADA	GRAU DE EXECUÇÃO	PESO
MERCADOS E FEIRAS - LOJAS / STANDS	9 684,00	8 974,32	92,67%	5,44%
MERCADOS E FEIRAS - MENSALIDADES / AVENÇAS / VAGAS	39 506,00	44 585,98	112,86%	27,01%
OCUPAÇÃO VIA PUBLICA (OUTROS)	4 991,00	9 156,07	183,45%	5,55%
ANIMAIS	6 225,00	5 668,60	91,06%	3,43%
CEMITÉRIOS - REMISSÃO DE OSSARIOS	28 484,00	27 549,22	96,72%	16,69%
CEMITÉRIOS - TRANSACÇÃO DE JAZIGOS	7 313,00	1 624,10	22,21%	0,98%
CEMITÉRIOS - ALUGUER DE OBJETOS	13 736,00	17 487,83	127,31%	10,59%
CEMITÉRIOS - ENTRADA DE VEÍCULOS	505,00	582,40	115,33%	0,35%
CEMITÉRIOS - AVERBAMENTOS	1 721,00	1 324,20	76,94%	0,80%
CEMITÉRIOS - REMISSÕES DE SEPULTURAS	5,00	-4,50	-90,00%	0,00%
SECRETARIA - FOTOCÓPIAS AUTENTICADAS	965,00	758,00	78,55%	0,46%
SECRETARIA - EMOLUMENTOS	8 376,00	7 135,40	85,19%	4,32%
CEMITÉRIOS - UTILIZAÇÃO DE RECURSOS	33 338,00	31 338,30	94,00%	18,98%
OUTRAS TAXAS	5 864,00	7 809,70	133,18%	4,73%
JUROS DE MORA	987,00	1 079,69	109,39%	0,65%
MULTAS E PENALIDADES DIVERSAS	5,00	0,00	0,00%	0,00%
TOTAL	161 705,00	165 069,31	102,08%	100,00%

A análise da composição das taxas cobradas evidencia uma concentração em quatro áreas de atividade. Os Cemitérios representam a principal fonte de receita, com 80 mil euros cobrados (48%), seguindo-se os Mercados e Feiras, com cerca de 54 mil euros (32%). A Secretaria e outras receitas totalizam 22 mil euros (14%), enquanto a Ocupação da Via Pública contribui com cerca de 9 mil euros (6%).



F.2 - Distribuição da rubrica taxas, multas e outras penalidades por áreas

R4. Rendimentos de propriedade

A receita deste capítulo, proveniente da cobrança de rendas de edifícios para habitação e serviços, representa apenas 1,62% da receita total (cerca de 32 mil euros) e registou uma execução em linha com as previsões orçamentais, atingindo um grau de execução de 102,02%.

R5. Transferências e subsídios correntes

Com um peso de 68,36% na receita total, as «transferências e subsídios correntes» constituíram a principal fonte de financiamento do orçamento. Destacam-se as transferências provenientes do

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'R' and several illegible signatures.

Orçamento do Estado, que representam 89,78% do total da rubrica, sendo a maior parcela relativa à transferência de competências.

Em termos de desempenho, esta rubrica registou um nível de execução muito próximo do previsto (99,58%), refletindo uma variação de cerca de 6 mil euros face ao montante orçamentado. Para este desvio contribuiu, sobretudo, o comportamento da classificação económica «IEFP – Emprego apoiado em mercado aberto».

Q.4 - Execução anual das transferências e subsídios correntes recebidas por CE

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	ORÇAMENTO CORRIGIDO	RECEITA COBRADA	GRAU DE EXECUÇÃO	PESO
OE - FUNDO DE FINANCIAMENTO DE FREGUESIAS	394 930,00	394 930,00	100,00%	29,45%
OE - FFF (ADICIONAL)	49 121,00	49 121,00	100,00%	3,66%
OE - TRANSFERÊNCIA DE COMPETENCIAS LEI 50/2018	717 648,00	717 647,20	100,00%	53,52%
OE - OUTRAS (COMPARTICIPAÇÃO ELEITOS LOCAIS)	41 282,00	42 138,63	102,08%	3,14%
UE - ERASMUS +	27 773,00	28 129,76	101,28%	2,10%
IEFP - CONTRATOS EMPREGO INSERÇÃO	58 775,00	59 006,86	100,39%	4,40%
IEFP - EMPREGO APOIADO MERCADO ABERTO	18 144,00	10 813,96	59,60%	0,81%
MUNICÍPIO - RECENSEAMENTO / ACTOS ELEITORAIS	3 700,00	3 703,24	100,09%	0,28%
PRIVADAS	35 196,00	35 406,67	100,60%	2,64%
FAMÍLIAS	5,00	0,00	0,00%	0,00%
TOTAL	1 346 574,00	1 340 897,32	99,58%	100,00%

R6. Venda de bens e serviços

A rubrica «venda de bens e serviços» representou 9,23% da receita total cobrada, o que corresponde a cerca de 181 mil euros em termos absolutos. A receita resultou sobretudo das cobranças provenientes de atividades de cultura, desporto e tempos livres (60,30%) e dos serviços prestados nos cemitérios (23,41%), que constituíram as parcelas mais relevantes desta rubrica.

O grau de execução situou-se em 91,44%, ficando abaixo do previsto, essencialmente devido ao comportamento da classificação «Cemitérios - exumações / trasladações», cuja execução não atingiu o valor orçamentado.

Q.5 - Execução anual da venda de bens e serviços por CE

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	ORÇAMENTO CORRIGIDO	RECEITA COBRADA	GRAU DE EXECUÇÃO	PESO
PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS	150,00	176,00	117,33%	0,10%
BENS INUTILIZADOS	75,00	400,00	533,33%	0,22%
VENDA DE MERCADORIAS - OUTROS	589,00	736,20	124,99%	0,41%
ALUGUER DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS	16 403,00	16 438,27	100,22%	9,08%
CAMPO DE FÉRIAS	20 475,00	20 265,00	98,97%	11,20%
SANTA RITA	39 045,00	37 998,80	97,32%	21,00%
NOITE BRANCA	9 149,00	10 401,50	113,69%	5,75%
SÃO SILVESTRE	26 088,00	26 046,00	99,84%	14,39%
OUTROS EVENTOS CULTURAIS	15 269,00	14 407,20	94,36%	7,96%
CEMITÉRIOS - INUMAÇÕES	28 685,00	31 214,60	108,82%	17,25%
CEMITÉRIOS - EXUMAÇÕES / TRASLADAÇÕES	24 528,00	10 024,60	40,87%	5,54%
CEMITÉRIOS - OUTROS SERVIÇOS	4 783,00	1 125,30	23,53%	0,62%
MERCADOS E FEIRAS - ÁGUA/LUZ	2 917,00	2 164,69	74,21%	1,20%
MERCADOS E FEIRAS - ARMAZÉM	111,00	51,60	46,49%	0,03%
POSTO DOS CORREIOS	9 500,00	9 500,05	100,00%	5,25%
OUTROS SERVIÇOS	132,00	0,00	0,00%	0,00%
TOTAL	197 899,00	180 949,81	91,44%	100,00%

R7. Outras receitas correntes

Esta rubrica, que agrega receitas não enquadradas nas categorias anteriores, teve um peso marginal na receita total (0,36%), correspondendo a uma cobrança anual de 7 066,40 euros.

Em 2025, destacou-se o valor de cauções cobradas e que não foram levantadas, no valor de, aproximadamente, 5 400,00 euros. Destaque, também, para o recebimento referente a acertos de consumo de água, no valor aproximado de mil euros.

R8. Venda de bens de investimento

Esta rubrica integra os rendimentos provenientes da alienação, a título oneroso, de bens de capital. Em 2025, a receita atingiu 192 230 euros, resultante, exclusivamente, da alienação do terreno denominado “Bouça da Lavandeira”.

4.2.2. Comparação homologa

A receita cobrada no exercício findo apresentou-se, em termos globais, superior ao seu período homólogo, refletindo um aumento de, aproximadamente, 281 mil euros (variação homologa de +16,74p.p.).

O quadro seguinte evidencia a comparação homóloga da receita cobrada, permitindo identificar as variações registadas em cada rubrica orçamental. Verificou-se um aumento da receita em várias rubricas, com destaque para a «Venda de bens de investimento» e para a «Venda de bens e serviços», que contribuíram de forma mais expressiva para a variação positiva observada.

Q.6 - Comparação homóloga da receita cobrada por rubrica SNC-AP

RUBRICA	2024	2025	VARIAÇÃO (€)	VARIAÇÃO (%)
R1. RECEITA FISCAL	41 473,16	43 345,48	1 872,32	4,51%
R3. TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	150 448,75	165 069,31	14 620,56	9,72%
R4. RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	31 206,12	31 841,52	635,40	2,04%
R5. TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES	1 306 450,11	1 340 897,32	34 447,21	2,64%
R6. VENDA DE BENS E SERVIÇOS	135 219,14	180 949,81	45 730,67	33,82%
R7. OUTRAS RECEITAS CORRENTES	15 401,17	7 066,40	-8 334,77	-54,12%
R8. VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	0,00	192 230,00	192 230,00	-
TOTAL	1 680 198,45	1 961 399,84	281 201,39	16,74%

De seguida, procede-se a uma análise mais detalhada das rubricas orçamentais com maior impacto, evidenciando as respetivas variações homólogas por classificação económica (CE).

A rubrica «**Taxas, multas e outras penalidades**» registou uma receita anual de 165 mil euros, situando-se acima do valor observado no período homólogo, o que corresponde a uma variação positiva de 14 620,56 euros (+9,72 p.p.).

Q.7 - Comparação homóloga das taxas, multas e outras penalidades por CE

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	2024	2025	VARIAÇÃO (€)	VARIAÇÃO (%)
MERCADOS E FEIRAS - LOJAS / STANDS	9 271,32	8 974,32	-297,00	-3,20%
MERCADOS E FEIRAS - MENSALIDADES / AVENÇAS / VAGAS	40 419,44	44 585,98	4 166,54	10,31%
OCUPAÇÃO VIA PUBLICA	5 713,25	9 156,07	3 442,82	60,26%
ANIMAIS	5 753,75	5 668,60	-85,15	-1,48%
CEMITÉRIOS - REMISSÃO DE OSSARIOS	27 659,09	27 549,22	-109,87	-0,40%
CEMITÉRIOS - TRANSACÇÃO DE JAZIGOS	10 251,42	1 624,10	-8 627,32	-84,16%
CEMITÉRIOS - ALUGUER DE OBJETOS	8 101,50	17 487,83	9 386,33	115,86%
CEMITÉRIOS - ENTRADA DE VEÍCULOS	560,70	582,40	21,70	3,87%
CEMITÉRIOS - AVERBAMENTOS	1 520,40	1 324,20	-196,20	-12,90%
CEMITÉRIOS - REMISSÕES DE SEPULTURAS	-186,30	-4,50	181,80	-97,58%
SECRETARIA - FOTOCÓPIAS AUTENTICADAS	824,90	758,00	-66,90	-8,11%
SECRETARIA - EMOLUMENTOS	8 546,20	7 135,40	-1 410,80	-16,51%
CEMITÉRIOS - UTILIZAÇÃO DE RECURSOS	21 231,04	31 338,30	10 107,26	47,61%
OUTRAS TAXAS	9 941,70	7 809,70	-2 132,00	-21,45%
JUROS DE MORA	840,34	1 079,69	239,35	28,48%
TOTAL	150 448,75	165 069,31	14 620,56	9,72%

Da análise do comportamento das classificações económicas que integram esta rubrica, destacam-se as relativas à receita proveniente dos cemitérios, que registou um aumento homólogo de cerca de 11 mil euros (+15,57 p.p.), contribuindo de forma particularmente expressiva para o crescimento global observado.

Também as CE «Mercados e feiras – mensalidades / avenças / vagas» e «Ocupação da via pública» evidenciaram uma evolução favorável, com crescimentos homólogos de 10,31p.p. e 60,26p.p., respetivamente.

A rubrica «Transferências e subsídios correntes» registou uma execução anual de 1 340 897,32 euros, traduzindo uma variação homóloga positiva de cerca de 34 mil euros (+2,64p.p.).

Q.8 - Comparação homóloga das transferências e subsídios correntes recebidas por CE

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	2024	2025	VARIAÇÃO (€)	VARIAÇÃO (%)
OE - FUNDO DE FINANCIAMENTO DE FREGUESIAS	376 124,00	394 930,00	18 806,00	5,00%
OE - FFF (ADICIONAL)	38 914,00	49 121,00	10 207,00	26,23%
OE - TRANSFERÊNCIA DE COMPETENCIAS LEI 50/2018	717 647,20	717 647,20	0,00	0,00%
OE - OUTRAS (COMPARTICIPAÇÃO ELEITOS LOCAIS)	41 299,94	42 138,63	838,69	2,03%
UE - ERASMUS +	19 494,34	28 129,76	8 635,42	44,30%
IEFP - CONTRATOS EMPREGO INSERÇÃO	50 442,62	59 006,86	8 564,24	16,98%
IEFP - EMPREGO APOIADO MERCADO ABERTO	13 210,60	10 813,96	-2 396,64	-18,14%
MUNICÍPIO - RECENSEAMENTO / ACTOS ELEITORAIS	32 591,65	3 703,24	-28 888,41	-88,64%
PRIVADAS	16 725,76	35 406,67	18 680,91	111,69%
Total	1 306 450,11	1 340 897,32	34 447,21	2,64%

Da análise ao quadro anterior, destacam-se, de forma particularmente favorável, as variações verificadas no Fundo de Financiamento das Freguesias (incluindo o adicional), que aumentou aproximadamente 29 mil euros (+6,99 p.p.). Merecem igualmente destaque os donativos recebidos do setor privado, que superaram o valor do período homólogo em cerca de 19 mil euros (+111,69 p.p.).

Relativamente à CE «Município - Recenseamento / Actos eleitorais», cuja variação homóloga negativa ascende a cerca de 29 mil euros, importa salientar que esta redução resulta da reclassificação contabilística do pagamento das compensações aos membros das mesas de voto. Em conformidade com uma orientação recente da CCDR, estas operações passaram a ser enquadradas como extraorçamentais, deixando assim de integrar a execução orçamental em 2025.

A receita proveniente da rubrica «Venda de bens e serviços», apresentou um desempenho orçamental superior ao período homólogo, traduzindo-se numa variação na ordem dos 45 mil euros (+33,82p.p.), onde se destacou o aumento de receita relacionado com atividades de cultura, desporto e tempos livres em cerca de 39 mil euros.

Q.9 - Comparação homóloga da venda de serviços por CE

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	2024	2025	VARIAÇÃO (€)	VARIAÇÃO (%)
PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS	821,00	176,00	-645,00	-78,56%
BENS INUTILIZADOS	668,72	400,00	-268,72	-40,18%
VENDA DE MERCADORIAS - OUTROS	0,00	736,20	736,20	-
ALUGUER DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS	7 672,99	16 438,27	8 765,28	114,24%
CAMPO DE FÉRIAS	14 490,00	20 265,00	5 775,00	39,86%
SANTA RITA	35 056,00	37 998,80	2 942,80	8,39%
NOITE BRANCA	8 951,97	10 401,50	1 449,53	16,19%
SÃO SILVESTRE	11 406,00	26 046,00	14 640,00	128,35%
OUTROS EVENTOS CULTURAIS	0,00	14 407,20	14 407,20	-
CEMITÉRIOS - INUMAÇÕES	31 134,40	31 214,60	80,20	0,26%
CEMITÉRIOS - EXUMAÇÕES / TRASLADAÇÕES	12 840,60	10 024,60	-2 816,00	-21,93%
CEMITÉRIOS - OUTROS SERVIÇOS	0,00	1 125,30	1 125,30	-
MERCADOS E FEIRAS - ÁGUA/LUZ	3 096,27	2 164,69	-931,58	-30,09%
MERCADOS E FEIRAS - ARMAZÉM	63,00	51,60	-11,40	-18,10%
POSTO DOS CORREIOS	9 018,19	9 500,05	481,86	5,34%
TOTAL	135 219,14	180 949,81	45 730,67	33,82%

Handwritten notes in blue ink, including a large arrow pointing downwards and some illegible scribbles.

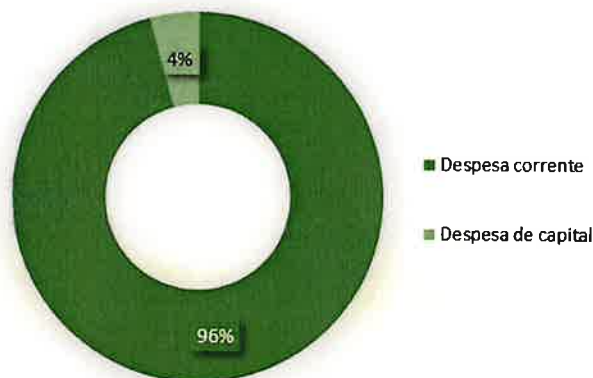
4.3 DESPESA

4.3.1. Desempenho anual

A despesa paga no ano de 2025 ascendeu a 1 892 054,42 euros, correspondendo a um grau de execução orçamental de 96,21%.

Quando decomposta por natureza económica, verifica-se que 95,72% da despesa paga se destinou a despesas correntes, refletindo o peso estrutural dos encargos associados ao funcionamento regular da Freguesia.

Os restantes 4,28% corresponderam a despesa de capital, totalizando cerca de 81 mil euros aplicados em investimento durante o exercício de 2025.



F.3 - Distribuição da despesa em correntes e de capital

A estrutura e a execução da despesa encontram-se representadas no quadro seguinte, onde se destacam as rubricas orçamentais com maior peso na despesa total paga. Como se verifica, a «Aquisição de bens e serviços» assumiu a maior fatia, representando 44,21% do total pago, seguindo-se as «Despesas com o pessoal», com um peso de 41,13%.

Q.10 - Despesa paga por rubrica SNC-AP

RUBRICA	ORÇAMENTO CORRIGIDO	DESPESA PAGA	GRAU DE EXECUÇÃO	PESO
D1. DESPESAS COM O PESSOAL	794 831,05	778 191,35	97,91%	41,13%
D2. AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	842 053,13	836 438,49	99,33%	44,21%
D4. TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES	190 132,49	189 675,62	99,76%	10,02%
D5. OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6 804,46	6 798,94	99,92%	0,36%
D6. AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	132 741,04	80 950,02	60,98%	4,28%
TOTAL	1 966 562,17	1 892 054,42	96,21%	100,00%

D1. Despesas com o pessoal

A rubrica «Despesas com o pessoal» constitui uma das componentes estruturais mais relevantes da despesa da Freguesia, representando 41,13% da despesa total paga. A grande expressão desta despesa está diretamente associada às necessidades de mão-de-obra inerentes aos serviços prestados, nomeadamente nas áreas de manutenção de espaços verdes, gestão dos cemitérios, atendimento ao público e a realização do mercado e feira semanal.

Os recursos humanos constituem, assim, um elemento central na prossecução das competências da Freguesia, justificando o peso significativo desta rubrica no conjunto da despesa corrente.

No exercício em análise, esta rubrica atingiu um montante pago de 778 191,35 euros, correspondente a um grau de execução de 97,91%. Este valor reflete os encargos associados às remunerações certas e variáveis dos trabalhadores, bem como aos respetivos encargos sociais obrigatórios.

Q.11 - Execução anual da despesa com o pessoal por CE

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	ORÇAMENTO CORRIGIDO	DESPEZA PAGA	GRAU DE EXECUÇÃO	PESO
REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	597 142,81	591 412,28	99,04%	76,00%
ABONOS EVENTUAIS E VARIÁVEIS	41 376,12	40 925,59	98,91%	5,26%
SEGURANÇA SOCIAL	156 312,12	145 853,48	93,31%	18,74%
TOTAL	794 831,05	778 191,35	97,91%	100,00%

A desagregação da rubrica «Despesas com o pessoal» evidencia a predominância das remunerações certas e permanentes, que representam 76% da despesa total paga nesta rubrica. Esta subrubrica inclui nomeadamente as remunerações base dos trabalhadores e dos eleitos locais.

Os abonos eventuais e variáveis, com um peso de 5,26%, abrangem suplementos de natureza variável, tais como: trabalho suplementar, suplemento de insalubridade e penosidade, abonos para falhas e senhas de presença.

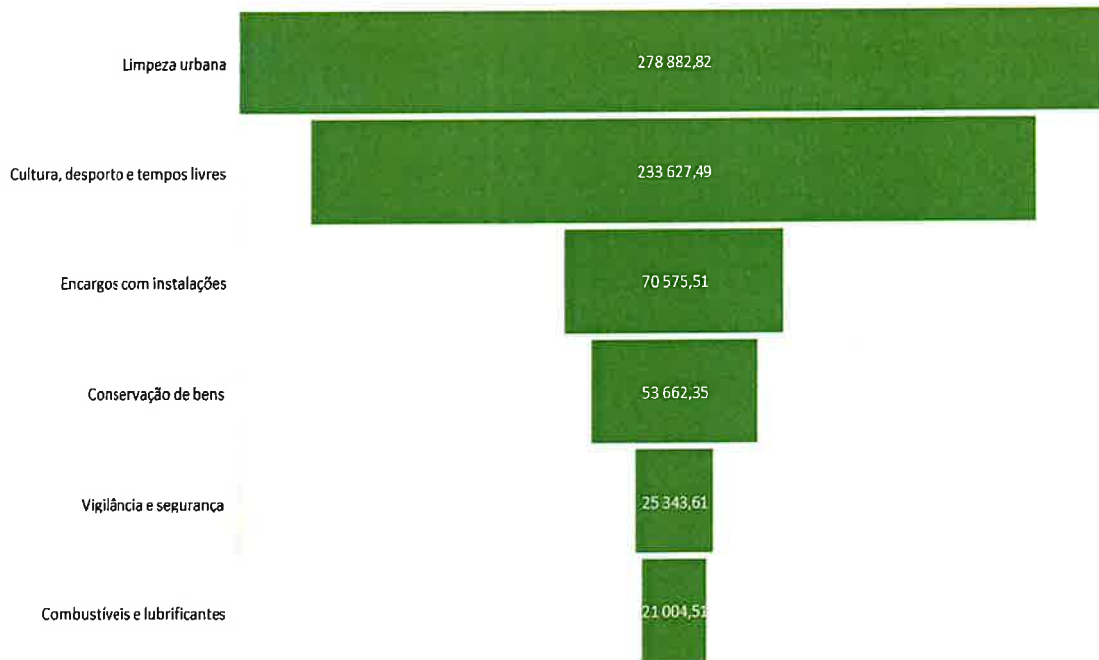
Já os encargos sociais obrigatórios, com um peso de 18,74%, abrangem as contribuições para a Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações, seguros obrigatórios e outros encargos contributivos decorrentes da legislação laboral.

D2. Aquisição de bens e serviços correntes

A rubrica «Aquisição de bens e serviços» representou 44,21% da despesa total paga em 2025, assumindo-se como a componente com maior peso na despesa da Freguesia. No exercício em análise, esta rubrica atingiu 836 438,49 euros, correspondendo a um grau de execução de 99,33%, refletindo a necessidade permanente de assegurar bens e serviços essenciais ao funcionamento diário dos serviços e às atividades desenvolvidas ao longo do ano.

A análise por classificação económica evidencia que a despesa se concentrou em seis grupos de maior expressão, que em conjunto representam mais de 80% da execução desta rubrica. A figura seguinte demonstra o peso dominante dos serviços de limpeza urbana, que constituem a componente mais significativa da rubrica.

Seguem-se as atividades de cultura, desporto e tempos livres, os encargos com instalações (compreende consumos de eletricidade, água e rendas), a conservação de bens (Inclui reparações de veículos, equipamentos, infraestruturas e pequenas intervenções em edifícios escolares), vigilância e segurança e os combustíveis e lubrificantes.



F.4 - Execução anual da aquisição de bens e serviços por grandes grupos

Para além destes grupos de maior expressão, a rubrica integra ainda diversas despesas de menor montante, mas essenciais ao funcionamento diário da Freguesia, como material de escritório, ferramentas e utensílios, assistência técnica, comunicações, seguros, consultadoria financeira e jurídica, entre outras.

D4. Transferências correntes

A rubrica «Transferências e subsídios correntes» representou 10,02% da despesa total paga em 2025, assumindo um papel relevante em programas de apoio ao emprego e no apoio financeiro a famílias carenciadas. No exercício em análise, esta rubrica totalizou 189 675,62 euros, correspondendo a um grau de execução de 99,76%, conforme se apresenta no quadro seguinte.

Q.12 - Execução anual das transferências e subsídios correntes concedidas por CE

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	ORÇAMENTO CORRIGIDO	DESPESA PAGA	GRAU DE EXECUÇÃO	PESO
INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	5 159,85	5 159,85	100,00%	2,72%
PROGRAMAS OCUPACIONAIS	130 590,05	130 589,13	100,00%	68,85%
EMPREGO APOIADO MERCADO ABERTO	35 572,22	35 316,91	99,28%	18,62%
ERASMUS / OUTRAS	6 511,37	6 511,37	100,00%	3,43%
AÇÃO SOCIAL - FES	12 299,00	12 098,36	98,37%	6,38%
TOTAL	190 132,49	189 675,62	99,76%	100,00%

A análise da execução demonstra que a despesa está fortemente concentrada nos pagamentos realizados no âmbito dos programas ocupacionais e de outros programas de apoio ao emprego, os quais representam um peso na rubrica de 87,47%. Já os apoios financeiros atribuídos a famílias carenciadas através do Fundo de Emergência Social totalizaram cerca de 12 mil euros, correspondendo a 6,38% da despesa global desta rubrica.

D5. Outras despesas correntes

A rubrica «Outras despesas correntes», onde se incluem essencialmente impostos, comissões bancárias e quotizações, apresentou em 2025 uma despesa paga de 6 798,94 euros, correspondendo a um peso marginal de 0,36% na despesa total paga. A execução desta rubrica encontra-se detalhada no quadro seguinte.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'PP', 'A', 'B', and 'C'.

Q.13 - Execução anual das outras despesas correntes por CE

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	ORÇAMENTO CORRIGIDO	DESPEZA PAGA	GRAU DE EXECUÇÃO	PESO
IVA PAGO	349,20	349,20	100,00%	5,14%
SERVIÇOS BANCÁRIOS	4 010,00	4 004,48	99,86%	58,90%
ASSOCIAÇÃO DE FREGUESIAS	2 220,26	2 220,26	100,00%	32,66%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	225,00	225,00	100,00%	3,31%
TOTAL	6 804,46	6 798,94	99,92%	100,00%

A análise evidencia que a despesa se distribui por quatro classificações económicas, destacando-se os serviços bancários, que representam cerca de 59% da rubrica e refletem comissões e encargos associados à gestão financeira da Freguesia. Segue-se a quota da ANAFRE, com uma expressão de 32,66%. As restantes classificações apresentam uma execução residual no período em análise.

D6. Aquisição de bens de capital

A rubrica «Aquisição de bens de capital» representou 4,28% da despesa total paga em 2025, totalizando 80 950,02 euros. Esta rubrica integra os investimentos realizados pela Freguesia em bens duradouros, destinados a reforçar a capacidade operacional dos serviços e a melhorar as condições de prestação de serviços à população. Esta rubrica apresenta, por natureza, uma execução menos regular do que as despesas correntes, uma vez que depende de necessidades específicas de investimento e da disponibilidade orçamental em cada exercício.

A execução anual por classificador económico encontra-se detalhada no quadro seguinte.

Q.14 - Execução anual da aquisição de bens de capital por CE

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	ORÇAMENTO CORRIGIDO	DESPESA PAGA	GRAU DE EXECUÇÃO	PESO
CEMITÉRIOS	3 005,00	0,00	0,00%	0,00%
AQUISIÇÃO DE VIATURAS	40 005,00	27 675,00	69,18%	34,19%
EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	250,00	58,07	23,23%	0,07%
SOFTWARE INFORMÁTICO	5,00	0,00	0,00%	0,00%
EQUIPAMENTO BÁSICO	17 673,85	17 242,89	97,56%	21,30%
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	2 005,00	1 717,53	85,66%	2,12%
OUTROS INVESTIMENTOS	69 797,19	34 256,53	49,08%	42,32%
TOTAL	132 741,04	80 950,02	60,98%	100,00%

A análise evidencia que a despesa se concentrou essencialmente em três classificações de investimento:

- Aquisição de viaturas - 27 675 euros (34,19%)

Valor que reflete a aquisição de uma viatura ligeira de mercadorias destinada a apoiar os serviços de manutenção e gestão dos espaços verdes, reforçando a capacidade operacional e a eficiência das equipas no terreno.

- Equipamento básico - 17 242,89 euros (21,30%)

Entre os principais investimentos destacam-se a aquisição de um depósito multiusos, um gerador monofásico, um ecoponto, contentores e papeleiras, uma lavadora de alta pressão para apoio às equipas de manutenção e dois telemóveis de serviço. Estes investimentos contribuem para uma maior eficiência operacional e para a melhoria das condições de higiene e organização do espaço urbano.

- Outros investimentos - 34 256,53 euros (42,32%)

O montante executado concentra intervenções de requalificação do espaço público e criação de novos equipamentos. Destacam-se a aquisição de mobiliário urbano para o Largo da Feira Antiga e para o Parque Soccer, a instalação de churrasqueiras neste último espaço, a requalificação do Largo António da

Silva Moreira com equipamento para o parque infantil, a construção e aquisição de equipamentos para o parque canino, a colocação de um estacionamento para bicicletas e a aquisição de cadeiras para a zona da estação da CP. Estes investimentos reforçam a qualidade dos espaços de lazer e a funcionalidade urbana.

Os restantes investimentos assumem um peso reduzido na estrutura da rubrica, destacando-se ainda assim as ferramentas e utensílios, que incluem a aquisição de um martelo perfurador/demolidor e de duas motosserras, num total próximo de dois mil euros.

4.3.2. Comparação homologa

A despesa paga em 2025 registou um aumento global face ao ano anterior, ascendendo a 74 771,40 euros, o que corresponde a um crescimento de 4,11%. Esta evolução resulta do reforço das despesas com o pessoal, do aumento das transferências e subsídios correntes e do crescimento da aquisição de bens e serviços. Em sentido inverso, verificou-se uma redução significativa na aquisição de bens de capital.

Q.15 - Comparação homologa da despesa paga por rubrica SNC-AP

RUBRICA	2024	2025	VARIAÇÃO (€)	VARIAÇÃO (%)
D1. DESPESAS COM O PESSOAL	694 945,37	778 191,35	83 245,98	11,98%
D2. AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	794 194,40	836 438,49	42 244,09	5,32%
D4. TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES	137 793,15	189 675,62	51 882,47	37,65%
D5. OUTRAS DESPESAS CORRENTES	37 254,88	6 798,94	-30 455,94	-81,75%
D6. AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	153 095,22	80 950,02	-72 145,20	-47,12%
TOTAL	1 817 283,02	1 892 054,42	74 771,40	4,11%

As «**Despesas com o pessoal**» registaram um aumento de cerca de 83 mil euros (+11,98p.p.), refletindo as atualizações remuneratórias anuais, o impacto das valorizações e progressões e o reforço de recursos humanos ao serviço da freguesia.

A rubrica «Aquisição de bens e serviços» registou um acréscimo de aproximadamente 42 mil euros (+5,32p.p.) face ao ano anterior. Este aumento resulta de variações no conjunto das classificações económicas que compõem a rubrica, destacando-se os seguintes grupos com maior impacto:

- Atividades de cultura, desporto e tempos livres: aumento de cerca de 92 mil euros, decorrente de uma maior execução de iniciativas relativamente ao ano anterior;
- Conservação de bens: acréscimo na ordem dos 20 mil euros, associado sobretudo a intervenções em viaturas, equipamentos e infraestruturas;
- Serviços de limpeza urbana: redução de cerca de 56 mil euros, refletindo ajustamentos contratuais e o aumento do prazo de pagamento;
- Assistência técnica a equipamentos e software informático: diminuição de aproximadamente 21 mil euros, uma vez que a anuidade do software de gestão autárquica foi liquidada no exercício anterior.

A rubrica «**Transferências e subsídios correntes**» registou um aumento de 52 mil euros (+37,65p.p.), conforme evidenciado no quadro seguinte. Este crescimento resulta, sobretudo, do reforço dos programas ocupacionais, consubstanciados na medida - Contratos Emprego e Inserção, que apresentou um acréscimo de cerca de 67 mil euros (+104,88p.p.). Em sentido inverso, o apoio concedido a instituições sem fins lucrativos registou uma diminuição homóloga de aproximadamente 17 mil euros (-76,37p.p.).

RP
A
le.
A
D

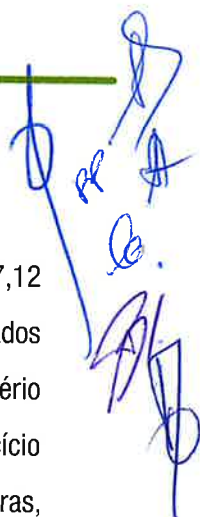
Q.16 - Comparação homóloga das transferências e subsídios correntes concedidos por CE

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	2024	2025	VARIAÇÃO (€)	VARIAÇÃO (%)
INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	21 836,43	5 159,85	-16 676,58	-76,37%
PROGRAMAS OCUPACIONAIS	63 738,04	130 589,13	66 851,09	104,88%
EMPREGO APOIADO MERCADO ABERTO	33 038,62	35 316,91	2 278,29	6,90%
ERÁSMUS / OUTRAS	5 270,72	6 511,37	1 240,65	23,54%
AÇÃO SOCIAL - FES	13 909,34	12 098,36	-1 810,98	-13,02%
TOTAL	137 793,15	189 675,62	51 882,47	37,65%

A rubrica «**Outras despesas correntes**» registou uma redução de 30 mil euros (-81,75p.p.) face ao seu período homólogo. Esta variação resulta, quase exclusivamente, da reclassificação contabilística do pagamento das compensações aos membros das mesas de voto, que deixaram de ser tratadas como operações de execução orçamental em 2025, justificando a diminuição observada na rubrica.

Q.17 - Comparação homóloga das outras despesas correntes por CE

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	2024	2025	VARIAÇÃO (€)	VARIAÇÃO (%)
IVA PAGO	0,00	349,20	349,20	#DIV/0!
SERVIÇOS BANCÁRIOS	2 614,29	4 004,48	1 390,19	53,18%
ASSOCIAÇÃO DE FREGUESIAS	2 075,19	2 220,26	145,07	6,99%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	92,05	225,00	132,95	144,43%
OUTRAS - ATOS ELEITORAIS	32 473,35	0,00	-32 473,35	-100,00%
TOTAL	37 254,88	6 798,94	-30 455,94	-81,75%



A despesa com a «Aquisição de bens de capital» registou uma diminuição de 72 145,20 euros (-47,12 p.p.) face ao ano anterior. Esta redução decorre, sobretudo, do facto de em 2024 terem sido realizados investimentos de maior dimensão, entre os quais se destaca a construção de ossários no cemitério municipal, no valor aproximado de 71 mil euros, que não teve paralelo em 2025. Embora o exercício de 2025 tenha incluído diversos investimentos relevantes, nomeadamente a aquisição de viaturas, equipamento básico e intervenções de requalificação do espaço público, o montante global executado foi significativamente inferior ao do ano precedente, refletindo um ciclo de investimento mais moderado e centrado em necessidades operacionais e melhorias pontuais.

4.4. Saldo da gerência

A receita cobrada em 2025, acrescida do saldo da gerência anterior e deduzida da despesa paga no mesmo período, permitiu apurar um saldo de operações orçamentais de 249 396,11 euros. Este valor traduz a capacidade financeira gerada no exercício, considerando exclusivamente os fluxos de caixa diretamente associados à execução orçamental.

Relativamente às operações de tesouraria, estas correspondem a movimentos de caixa que não configuram receita ou despesa orçamental, por se tratarem, regra geral, de cobranças e pagamentos efetuados por conta de terceiros. Em 2025, estes movimentos estiveram sobretudo relacionados com o pagamento aos membros das mesas de voto nos atos eleitorais.

Q.18 - Resumo do saldo da gerência

DESCRIÇÃO	OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS	OPERAÇÕES DE TESOURARIA	TOTAL
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	180 050,69	14 564,02	194 614,71
RECEBIMENTOS	1 961 399,84	43 219,71	2 004 619,55
PAGAMENTOS	1 892 054,42	28 890,81	1 920 945,23
SALDO P/ GERÊNCIA SEGUINTE	249 396,11	28 892,92	278 289,03
COMPROMISSOS E OBRIGAÇÕES A TRANSITAR	64 021,39	0,00	64 021,39
SALDO NA POSSE DO SERVIÇO	185 374,72	28 892,92	214 267,64

Para determinar o saldo efetivamente disponível para o exercício seguinte, é necessário deduzir os compromissos a transitar e as obrigações por pagar, que totalizam 64 021,39 euros. Estes montantes correspondem a despesas assumidas no final do exercício e cujo pagamento apenas ocorrerá em 2026. Como se observa no quadro seguinte, mais de metade deste valor (43 682 euros) concentra-se na rubrica «Aquisição de bens de capital», enquanto cerca de 16 mil euros dizem respeito a descontos sobre remunerações, cujo pagamento às entidades competentes ocorre no início do ano seguinte.

Q.19 - Compromissos e obrigações a transitar

RUBRICA	COMPROMISSOS A TRANSITAR	OBRIGAÇÕES POR PAGAR	TOTAL
Despesas com o pessoal	0,00	16 022,71	16 022,71
Aquisição de bens e serviços	778,83	3 082,54	3 861,37
Transferências e subsídios correntes	0,00	455,31	455,31
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Aquisição de bens de capital	43 682,00	0,00	43 682,00
Total	44 460,83	19 560,56	64 021,39

A apresentação destes valores permite identificar com clareza a natureza das responsabilidades assumidas e não pagas até ao final do exercício, assegurando o cumprimento do princípio da especialização dos exercícios e reforçando a transparência na determinação do saldo de operações orçamentais efetivamente disponível para 2026, que se fixa em 185 374,72 euros.



5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (NCP-PE)

As demonstrações financeiras proporcionam aos utilizadores informação acerca dos recursos e obrigações de uma entidade à data de relato, dos gastos suportados e rendimentos obtidos durante o período de relato e do fluxo de recursos entre datas de relato. Esta informação é útil para os utilizadores fazerem avaliações acerca da capacidade de uma entidade cumprir as suas obrigações e continuar a fornecer bens e serviços a um dado nível, bem como acerca da quantidade de recursos que necessitam de ser fornecidos à entidade no futuro, para que esta possa continuar a satisfazer as suas obrigações de prestação de serviços.

As demonstrações financeiras são assim uma representação estruturada da posição financeira e do desempenho financeiro de uma entidade. Especificamente no que se refere ao setor público, os seus objetivos são o de proporcionar informação útil para a tomada de decisões e para a responsabilização pela prestação de contas relativamente aos recursos que lhe foram confiados, nomeadamente apresentando informação:

- (a) Sobre a origem, afetação e uso dos recursos;
- (b) Sobre a forma como a entidade financiou as suas atividades e satisfaz as suas necessidades de caixa;
- (c) Que seja útil para avaliar a capacidade de a entidade financiar as suas atividades e satisfazer os seus passivos e compromissos;
- (d) Sobre a posição financeira da entidade e das suas alterações; e
- (e) Agregada, que seja útil para avaliar o desempenho da entidade em termos dos custos dos serviços, eficiência, e cumprimento dos objetivos em geral.

O conjunto completo de demonstrações de relato previsto para as entidades obrigadas a apresentar demonstrações financeiras compreende os documentos seguidamente apresentados.

- Um balanço;
- Uma demonstração dos resultados por natureza;
- Uma demonstração de fluxos de caixa;
- Uma demonstração das alterações no património líquido;
- Anexo às demonstrações financeiras (notas compreendendo um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas).

5.1. Balanço

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2025	31/12/2024
ATIVO			
Ativo não corrente		3 422 083,43	3 385 362,12
Ativos fixos tangíveis	5	1 096 637,53	1 059 916,22
Propriedades de investimento	8	2 325 445,90	2 325 445,90
Ativo corrente		302 706,19	217 580,51
Inventários	10	13 000,00	13 000,00
Clientes, contribuintes e utentes	23	8 633,93	6 316,89
Estado e outros entes públicos		0,00	601,88
Outras contas a receber	23	1 583,23	1 037,63
Diferimentos	23	1 200,00	2 009,40
Caixa e depósitos	1	278 289,03	194 614,71
TOTAL ATIVO		3 724 789,62	3 602 942,63
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido		3 531 327,83	3 460 019,81
Património/Capital		3 333 825,30	3 333 825,30
Resultados transitados		126 194,51	133 554,05
Resultado líquido do período		71 308,02	-7 359,54
TOTAL PATRIMÓNIO LÍQUIDO		3 531 327,83	3 460 019,81
PASSIVO			
Passivo não corrente		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
Passivo corrente		193 461,79	142 922,82
Fornecedores	23	3 282,54	1 478,75
Estado e outros entes públicos	23	16 826,87	14 692,17
Outras contas a pagar	23	173 352,38	126 751,90
Total Passivo		193 461,79	142 922,82
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO		3 724 789,62	3 602 942,63

RP
Co.
RP
Co.

5.2. Demonstração dos resultados por natureza

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	DATAS	
		2025	2024
Impostos, contribuições e taxas	13/14	210 885,09	230 620,98
Vendas	13	1 312,20	1 489,72
Prestações de serviços e concessões	13	177 707,54	88 270,26
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	1 340 897,32	1 306 950,11
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-1 052,52	-2 378,72
Fornecimentos e serviços externos	23	-878 173,55	-763 701,63
Gastos com pessoal	23	-774 843,94	-694 453,28
Transferências e subsídios concedidos	23	-189 888,07	-170 278,08
Outros rendimentos	13	231 098,49	46 607,29
Outros gastos	23	-2 445,26	-3 116,91
Resultados antes de depreciações e resultados financeiros		115 497,30	40 009,74
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3,5,8	-44 189,28	-47 369,28
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		71 308,02	-7 359,54
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		71 308,02	-7 359,54
Imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Resultado líquido do período		71 308,02	-7 359,54

5.3. Demonstração de fluxos de caixa

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2025	2024
<u>Fluxos de Caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		192 145,61	131 982,93
Recebimentos de contribuintes		43 345,48	41 473,16
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		1 340 897,32	1 306 450,11
Recebimentos de Utentes		153 873,51	153 684,96
Pagamentos a fornecedores		-848 355,94	-807 199,18
Pagamentos ao pessoal		-770 278,38	-684 554,88
Pagamentos de transferências e subsídios		-189 675,62	-170 266,50
Caixa gerada pelas operações		-78 048,02	-28 429,40
Outros recebimentos / pagamentos		50 442,36	40 821,65
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		-27 605,66	12 392,25
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-80 950,02	-153 095,22
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		192 230,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		111 279,98	-153 095,22
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		0,00	0,00
Varição de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		83 674,32	-140 702,97
Saldo da gerência anterior		194 614,71	335 317,68
De execução orçamental		180 050,69	317 135,26
De operações de tesouraria		14 564,02	18 182,42
Saldo para a gerência seguinte		278 289,03	194 614,71
De execução orçamental		249 396,11	180 050,69
De operações de tesouraria		28 892,92	14 564,02

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller initials.

5.4. Demonstração das alterações no patrimônio líquido

Descrição	Notas	Patrimônio Líquido atribuído aos detentores do Patrimônio Líquido da entidade que controla						Total do patrimônio líquido
		Capital / Patrimônio Subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Resultados transferidos	Ajustamento em ativos financeiros	Outras variações no Patrimônio Líquido	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	(1)	3 333 825,30	0,00	133 554,05	0,00	0,00	-7 359,54	3 460 019,81
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Ajustamentos de transição de referencial contábilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contábilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização de excedentes de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respectivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no Patrimônio Líquido		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO INTEGRAL	(3)						71 308,02	71 308,02
	(4) = (2) + (3)						71 308,02	71 308,02
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Outras operações	(5)	0,00	0,00	-7 359,54	0,00	0,00	7 359,54	0,00
	(6) = (1) + (2) + (3) + (5)	3 333 825,30	0,00	126 194,51	0,00	0,00	7 359,54	3 531 327,83
Posição no fim do período		3 333 825,30	0,00	126 194,51	0,00	0,00	71 308,02	3 531 327,83



5.5. Anexo às demonstrações financeiras

As notas às demonstrações financeiras que a seguir se apresentam dão conta das informações consideradas relevantes para a sua melhor compreensão. As notas respeitam a numeração sequencial definida no SNC-AP. As notas cuja numeração é omissa não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

Todos os valores encontram-se expressos em Euros.

1. Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1. Identificação da entidade

Designação: Freguesia de Ermesinde

Número de contribuinte: 506 851 290

Endereço: A Freguesia de Ermesinde tem sede no edifício administrativo situado na Rua D. António Ferreira Gomes, dispondo de ainda mais um posto de atendimento, situado na Rua Elias Garcia.

Regime jurídico: Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que estabelece o regime jurídico das autarquias locais.

Regime financeiro: Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.

1.2. Referencial contabilístico

Em 2025, a Freguesia de Ermesinde apresenta demonstrações financeiras preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, tendo sido aplicado subsidiariamente, de acordo com o artigo 13.º, pela ordem seguinte, as Normas Internacionais de Contabilidade Pública em vigor, o SNC, as Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia e as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo International

Accounting Standards Board. Foram ainda aplicados os requisitos das normas de contabilidade pública relevantes para a entidade.

Caixa e depósitos

A desagregação dos valores inscritos na rubrica do Balanço “Caixa e depósitos” em 31 de dezembro de 2025, apresenta-se no quadro seguinte:

Caixa e depósitos	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	2 303,13	762,69
Depósitos à ordem	275 985,90	193 852,02
Depósitos a prazo		
Total	278 289,03	194 614,71

2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

Os principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Freguesia, de acordo com o normativo contabilístico SNC-AP.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, menos amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas. Compreendem, essencialmente, licenças de software e programas de computador.

Um ativo intangível apenas é reconhecido quando for provável que dele advenham benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado e se o custo ou justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.

Quando um ativo intangível é adquirido através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial à data de aquisição é o seu justo valor nessa data.

A quantia amortizável de um ativo intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. A amortização, calculada numa base anual, começa quando o ativo está disponível para uso, isto é, quando se encontra na localização e condição necessárias para operar da forma pretendida pelo órgão de gestão. Para estes efeitos são tidos em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

O método de amortização deve refletir o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método de amortização utilizado no período de relato é o método da linha reta.

As licenças de software e programas de computador têm uma vida útil determinada em função do período de tempo em que tiver lugar a utilização exclusiva.

Na transição para o SNC-AP foram mantidas as vidas úteis dos Ativos intangíveis adquiridos até 31.12.2019.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/abate, sendo registadas como “outros rendimentos e ganhos” ou “outros gastos e perdas”.

c) Ativos fixos tangíveis

Os Ativos fixos tangíveis são mensurados ao seu custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e quaisquer perdas por imparidades.

O custo de um bem do ativo fixo tangível é reconhecido como ativo se, e apenas se: (a) For provável que fluirão para a Freguesia benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem; e (b) O custo ou o justo valor do bem puder ser mensurado com fiabilidade.

Quando um ativo fixo tangível é adquirido através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial à data de aquisição é o seu justo valor nessa data. Dada a dificuldade em mensurar com fiabilidade o justo valor de alguns destes ativos, nomeadamente ativos significativos do património histórico e cultural, adquiridos ao longo de muitos anos através de doações e legados, alguns deles não se encontram reconhecidos. Estes ativos raramente são detidos pela sua capacidade de gerar influxos de caixa e é frequente existirem obstáculos legais para os usar para tais finalidades.

A quantia depreciable de um ativo fixo tangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, com cálculo anual, em conformidade com as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:



Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 a 100
Equipamento básico	4 a 10
Equipamento transporte	4 a 20
Equipamento administrativo	4 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 8

O método de depreciação reflete o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam usufruídos. Regra geral, é utilizado o método da linha reta, aplicado de forma consistente de período para período, a não ser que ocorra uma alteração no modelo de consumo esperado desses benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

Na transição para o SNC-AP foram mantidas as vidas úteis dos Ativos fixos tangíveis adquiridos até 31.12.2019.

d) Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os Ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual.

Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Os ativos com contratos de locação são totalmente depreciados durante o prazo de locação.

e) Propriedades de investimento

São contabilizados como propriedades de investimento os terrenos, edifícios e outras construções detidos para a obtenção de rendas ou valorização de capital.

As propriedades de investimento encontram-se reconhecidas e mensuradas pelo modelo do custo, isto é, ao custo menos depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, com cálculo anual, em conformidade com as estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo.

f) Imparidade de ativos

As quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistas anualmente para determinar a existência de imparidade. Em caso de existência de tais indícios, procede-se à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a existência e extensão da perda por imparidade.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o justo valor de um ativo menos custos de vender e o valor de uso. O justo valor de um ativo menos custos de vender é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa

futuros estimados decorrentes do uso continuado do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Uma perda por imparidade é imediatamente reconhecida nos resultados. Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registrado não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação de imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registrada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registrado em períodos anteriores.

g) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando, cumulativamente, existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais

acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Freguesia não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo, se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e é reconhecido.

h) Benefícios dos empregados

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

i) Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo inclui o custo de aquisição, bem como as despesas adicionais de compra. O valor realizável líquido refere-se à quantia líquida que a entidade espera realizar com a venda dos inventários no decurso normal das operações.

Quando o valor do custo é superior ao valor realizável líquido é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do período nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Perdas por imparidade de inventários e ativos biológicos” e “Reversões de perdas por imparidade de inventários e ativos biológicos”.

Quando os inventários são vendidos ou consumidos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo rendimento é reconhecido.

O método de custeio adotado pela Freguesia é o Custo Médio Ponderado.

j) Regime do acréscimo

A Freguesia regista os seus gastos e rendimentos na base do acréscimo, pelo que são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e perdas e rendimentos e ganhos são registadas nas rubricas “Outras contas a receber”, “Outras contas a pagar” ou “Diferimentos”.

k) Rendimentos

A Freguesia aborda as matérias relacionadas com o reconhecimento e mensuração do rendimento de transações, tendo em conta o prescrito nas NCP 13 – Rendimentos de transações com contraprestação e NCP 14 - Rendimentos de transações sem contraprestação.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

l) Transferências e subsídios correntes obtidos

As transferências e subsídios obtidos são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Freguesia cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

As transferências e/ou subsídios obtidos para a aquisição de ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Património Líquido, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados (rubrica "Imputação de subsídios e transferências para investimentos") numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados, ou seja, na proporção dos respetivos gastos de depreciação e de amortização durante a vida útil dos ativos. No caso de a transferência e/ou subsídio estar relacionado com ativos não depreciables, são mantidos no Património Líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

m) Enquadramento fiscal

De acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 9.º do Código sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, as autarquias locais gozam de isenção parcial de IRC, uma vez que a referida isenção não compreende os rendimentos de capitais, tal como são definidos para efeitos de IRS.

[Handwritten signature and initials in blue ink]

5. Ativos fixos tangíveis

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2025, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

Rubricas	Início do período			Final do período		
	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Quantia escriturada
Bens de domínio público	822 611,11	-27 440,23	795 170,88	827 012,07	-34 565,47	792 446,60
Terrenos e recursos naturais	47 094,10		47 094,10	47 094,10		47 094,10
Edifícios e outras construções	141 282,31	-13 818,30	127 464,01	141 282,31	-16 581,96	124 700,35
Equipamento básico	115 326,58	-83 970,12	31 356,46	160 869,07	-97 759,36	63 109,71
Equipamento de transporte	189 145,05	-161 829,80	27 315,25	216 820,05	-175 492,05	41 328,00
Equipamento administrativo	89 445,46	-86 833,81	2 611,65	90 003,51	-88 211,03	1 792,48
Outros ativos fixos tangíveis	62 176,12	-37 712,64	24 463,48	69 350,60	-43 184,31	26 166,29
Ativos fixos tangíveis em curso	4 440,39		4 440,39			
Total	1 471 521,12	-411 604,90	1 059 916,22	1 552 431,71	-455 794,18	1 096 637,53

Os movimentos ocorridos no valor dos ativos fixos tangíveis e as respectivas depreciações do período, foram os seguintes:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações				Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas	Depreciações do período	Diminuições	
Bens de domínio público	795 170,88		4 440,39	-7 125,24	-39,43	792 446,60
Terrenos e recursos naturais	47 094,10					47 094,10
Edifícios e outras construções	127 464,01			-2 763,66		124 700,35
Equipamento básico	31 356,46	45 542,49		-13 789,24		63 109,71
Equipamento de transporte	27 315,25	27 675,00		-13 662,25		41 328,00
Equipamento administrativo	2 611,65	558,05		-1 377,22		1 792,48
Outros ativos fixos tangíveis	24 463,48	7 174,48		-5 471,67		26 166,29
Ativos fixos tangíveis em curso	4 440,39		-4 440,39			
Total	1 059 916,22	80 950,02	0,00	-44 189,28	-39,43	1 096 637,53

O valor evidenciado na coluna “adições” corresponde às compras ou grandes reparações de ativos fixos tangíveis, efetuado no ano de 2025, tendo ascendido a cerca de 81 mil euros.

Na rubrica «Equipamento básico», destacam-se, em adições, vários investimentos significativos distribuídos por diferentes áreas de intervenção. Na área dos espaços verdes e parques, registaram-se despesas relevantes com a requalificação do Largo da Feira Antiga, através da aquisição de oito bancos de jardim (3.416,94 €), bem como com a melhoria do Parque Soccer, onde foram adquiridas mesas em granito, bancos e churrasqueiras (6.733,10 €). Ainda neste domínio, assumem particular expressão a construção do Parque Canino (5.947,05 €) e a aquisição de equipamentos diversos destinados ao mesmo espaço (4.487,04 €). A intervenção de requalificação do Largo António da Silva Moreira, que incluiu novos equipamentos para o parque infantil, representou o investimento mais elevado, totalizando 9.457,19 €.

A rubrica «Equipamento de transporte», inclui a aquisição, em 2025, de uma viatura ligeira de mercadorias destinada a apoiar os serviços de manutenção e a gestão dos espaços verdes.

A rubrica «Equipamento administrativo», inclui, em adições, pequenas aquisições de equipamento informático e de telecomunicações.

A rubrica «Outros ativos fixos tangíveis», inclui, essencialmente, aquisições destinadas sobretudo ao reforço do mobiliário urbano e de equipamentos de apoio social. Entre estas despesas incluem-se a compra de quatro papeleiras, no valor de 850,18 €, bem como a aquisição de um ecoponto em madeira e respetivos contentores, que representou o investimento mais significativo, totalizando 2.804,40 €. Foi ainda adquirida uma remessa de seis camas ortopédicas, num montante global de 900,00 €, destinada a apoiar respostas sociais e comunitárias.

Composição dos Ativos Fixos Tangíveis

Bens de domínio público

Esta rubrica inclui, essencialmente, edificações e terrenos propriedade da Freguesia, sendo que relativamente aos prédios rústicos e urbanos, na transição para o SNC-AP, os mesmos foram mensurados pelo seu Valor Patrimonial Tributário (VPT), modelo de avaliação que de acordo com o manual de implementação do SNC-AP proporciona informação que cumpre as características qualitativas da informação financeira previstas na estrutura conceptual.

Destacam-se as seguintes quantias escrituradas, a 31 de dezembro de 2025, de itens classificados em bens de domínio público:

Bens de domínio público	Quantia escriturada 31-12-2025
Edifício (Sede) - Matriz predial urbana n.º 11080	647 594,04
Cemitério Paroquial - Ossários	58 496,05
Cemitério Municipal - Ossários	72 512,69

Terrenos e recursos naturais / Edifícios e outras construções

Esta rubrica é composta, a 31 de dezembro de 2025, pelas seguintes quantias escrituradas:

Terrenos e recursos naturais / Edifícios e outras construções	Quantia escriturada 31-12-2025
Casa de habitação (Liceiras) - Matriz predial urbana n.º 2114	94 403,19
Estabelecimento (Travessa D. Luís Ramos) - Matriz predial n.º 7560-A	77 391,26

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin, including a large signature and several initials.

Equipamento básico

Esta rubrica inclui, essencialmente, equipamentos de utilização pela comunidade, tais como, mobiliário urbano, assim como, maquinaria com o qual se realiza a conservação e limpeza da freguesia, tais como, equipamentos de jardinagem.

Equipamento de transporte

A frota automóvel da Freguesia já não apresenta grande valor contabilístico devido à maior parte dos seus equipamentos de transporte já se encontrarem totalmente depreciados. Ainda assim, apresentam-se os seguintes veículos de transporte ao serviço da autarquia a 31 de dezembro de 2025:

Veículo	Ano da matrícula	Veículo	Ano da matrícula
Iveco (BH-34-NL)	2024	Peugeot W (48-FZ-70)	2008
Nissan Cabstar (BB-62-QT)	2023	Ford Transit 350E (51-GR-63)	2008
Peugeot C (20-OG-31)	2013	Ford Transit 350E (56-BZ-98)	2006
Ford Transit 350E (91-IC-92)	2009	Same Argon 60DT (50-95-TP)	2002
Piaggio APE (12-IN-47)	2009	Opel Astra-F (08-90-BL)	1992

Equipamento Administrativo

Esta rubrica compreende, essencialmente, o parque informático e de telecomunicações e equipamento diverso de escritório.

Outros ativos fixos tangíveis

Esta rubrica engloba equipamento de oficina e reparações, tais como, ferramentas. Engloba, também, equipamento de decoração e conforto, onde se enquadram, a título de exemplo, equipamentos de ar condicionado, candeeiros, tapetes, objetos decorativos, quadros e, ainda, mobiliário diverso de utilização comum (excluindo mobiliário de escritório).

8. Propriedades de investimento

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2025, o movimento ocorrido na quantia escriturada das propriedades de investimento, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações		Quantia escriturada final	Rendimentos do período
		Adições	Depreciações do período		
Terrenos e recursos naturais	2 325 445,90			2 325 445,90	
Total	2 325 445,90			2 325 445,90	

Destacam-se as seguintes quantias escrituradas, a 31 de dezembro de 2025, de itens classificados como propriedades de investimento:

Propriedades de investimento	Quantia escriturada a 31-12-2025
Terreno para construção - Matríz predial n.º 9135	498 960,00
Terreno para construção - Matríz predial n.º 9141	498 960,00
Terreno para construção - Matríz predial n.º 9153	532 790,00
Terreno para construção - Matríz predial n.º 9159	641 410,00
Terreno para construção - Matríz predial n.º 9446	153 325,90
Total	2 325 445,90

10. Inventários

Em 31 de dezembro de 2025, a rubrica de inventários tinha a seguinte composição:

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'KP' and 'A. de'.

Inventários	31/12/2025	Peso (%)	31/12/2024	Peso (%)
Livraria, papelaria e artigos institucionais	13 000,00	100%	13 000,00	100%
Total	13 000,00	100%	13 000,00	100%

Os movimentos ocorridos no período constam do quadro seguinte:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Movimentos no período				Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos / gastos	Perdas por imparidade	Outros aumentos de inventários	
Mercadorias	13 000,00					13 000,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		1 052,52	-1 052,52			
Total	13 000,00	1 052,52	-1 052,52			13 000,00

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, reconhecido em 2025, encontra-se evidenciado na coluna “Consumos / gastos”, tendo ascendido a 1 052,52 euros.

13. Rendimentos de transações com contraprestação

Taxas, multas e outras penalidades

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a rubrica «Taxas, multas e outras penalidades» evidenciava a seguinte composição:

Taxas, multas e outras penalidades	2025	Peso (%)	2024	Peso (%)
Emolumentos	12 108,20	7%	13 992,80	7%
Mercados e feiras	54 802,52	33%	47 820,30	25%
Ocupação da via pública	9 156,07	5%	45 497,22	24%
Animais	5 668,60	3%	5 753,75	3%
Cemitérios	84 103,55	50%	74 551,14	40%
Juros de mora	1 155,07	1%	837,96	0%
Outras multas e penalidades	0,00	0%	48,18	0%
Total	166 994,01	100%	188 501,35	100%

Os rendimentos provenientes de taxas, multas e outras penalidades, que em 2025 ascenderam a cerca de 167 mil euros, apresentam como principal componente de rendimento os cemitérios, com um peso relativo de 50%.

Vendas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a rubrica «Vendas» verificava a seguinte composição:

Vendas	2025	Peso (%)	2024	Peso (%)
Outras mercadorias	736,20	56%	0,00	0%
Publicações e impressos	176,00	13%	821,00	55%
Sucata - outros	400,00	30%	668,72	45%
Total	1 312,20	100%	1 489,72	100%

Prestações de serviços e concessões

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a rubrica «Prestações de serviços e concessões» apresentava a seguinte composição:

Prestações de serviços e concessões	2025	Peso (%)	2024	Peso (%)
Trabalhos por conta de particulares	291,70	0%	333,48	0%
Cemitérios	42 364,50	24%	43 975,00	50%
Mercados e feiras	2 217,49	1%	3 058,87	3%
Serviços cultura, desporto e tempos livres	109 413,70	62%	25 896,00	29%
Aluguer de espaços	13 920,10	8%	5 988,72	7%
Outros serviços	9 500,05	5%	9 018,19	10%
Total	177 707,54	100%	88 270,26	100%

Os rendimentos desta rubrica ascenderam a 178 mil euros, tendo apresentado como principal componente os serviços prestados no âmbito de eventos culturais, desportivos e recreativos, com um peso relativo de 62%, seguido dos serviços prestados nos cemitérios com 24%. A rubrica «**Outros serviços**», que ascendeu a cerca de 9 500,00 euros, integra os rendimentos resultantes da prestação de serviços postais contratualizado com os CTT – Correios de Portugal, S.A.

Outros rendimentos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a rubrica «Outros rendimentos» evidenciava a seguinte composição:

Outros rendimentos	2025	Peso (%)	2024	Peso (%)
Alienações	192 190,57	83%	0,00	0%
Rendas em propriedades de investimento	31 841,52	14%	31 206,12	67%
Outros rendimentos correntes	7 066,40	3%	15 401,17	33%
Total	231 098,49	100%	46 607,29	100%

Os outros rendimentos geraram 231 mil euros no período, com destaque para a rubrica «alienações», com um peso relativo de 83%, e que compreende a mais valia gerada pela venda do terreno denominado “Bouça da Lavandeira”.

14. Rendimentos de transações sem contraprestação

Impostos diretos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a rubrica «Impostos diretos», composta, exclusivamente, pelo produto da cobrança do Imposto Municipal de Imóveis teve a seguinte composição:

Impostos diretos	2025	Peso (%)	2024	Peso (%)
Imposto municipal sobre imóveis	43 891,08	100%	42 119,63	100%
Total	43 891,08	100%	42 119,63	100%

Transferências e subsídios correntes obtidos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a rubrica «Transferências e subsídios correntes obtidos» evidenciava a seguinte composição:

Transferências e subsídios correntes obtidas	2025	Peso (%)	2024	Peso (%)
Estado (OE)	1 203 836,83	90%	1 173 985,14	90%
Serviços e Fundos Autónomos (IEFP)	69 820,82	5%	63 653,22	5%
Administração Local - Município	3 703,24	0%	32 591,65	2%
Resto do mundo (ERASMUS)	28 129,76	2%	19 494,34	1%
Outras entidades	35 406,67	3%	17 225,76	1%
Total	1 340 897,32	100%	1 306 950,11	100%

As transferências e subsídios correntes obtidos inclui, maioritariamente, as transferências do Estado que ascenderam a cerca de 1,2 milhão de euros (Inclui: Fundo de Financiamento de Freguesias; Transferência de competências ao abrigo da Lei n.º 50/2018; Comparticipação do vencimento dos eleitos locais).

A rubrica «Serviços e Fundos Autónomos», com um rendimento no exercício no montante de 70 mil euros, incorpora as comparticipações recebidas no âmbito dos Contratos de Emprego e Inserção (CEI) e da medida Emprego Apoiado em Mercado Aberto (EAEE). A rubrica «**Outras entidades**» apresenta os donativos concedidos à Freguesia, sem quaisquer contrapartidas, que totalizaram no exercício último 35 mil euros.

23. Outras informações para melhor compreensão da situação financeira e dos resultados do período

Cientes, contribuintes e utentes

Em 31 de dezembro de 2025, a rubrica «Cientes, contribuintes e utentes» tinha a seguinte composição:

Cientes, contribuintes e utentes	31/12/2025	31/12/2024
Cientes	4 218,09	6 059,74
Contribuintes	3 476,21	
Utentes	939,63	257,15
Total	8 633,93	6 316,89

Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2025, a rubrica «Outras contas a receber» apresenta um saldo no valor de 1 583,23 euros relativo à periodização económica do rendimento do IMI, referente ao mês de dezembro de 2025 a receber em 2026.

Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2025, a rubrica «Diferimentos» apresenta um saldo de diferimentos ativos, no montante de 1 200 euros, relativo ao pagamento de rendas.

Fornecedores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a rubrica «Fornecedores» apresenta um saldo, no montante de 3 282,54 euros, relativo a faturas emitidas em 2025 e ainda dentro do seu prazo de vencimento.

Fornecedores	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores conta corrente	3 282,54	1 478,75
Total	3 282,54	1 478,75

Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2025, a rubrica «Estado e outros entes públicos» tinha a seguinte composição:

Estado e outros entes públicos	31-12-2025 (a pagar)	31-12-2024 (a pagar)
Retenção de impostos sobre rendimentos	1 740,00	1 784,00
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	548,85	-601,88
Contribuições para sistemas de proteção social	14 538,02	12 908,17
Total	16 826,87	14 090,29

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "RP" and "A".

Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2025, a rubrica «Outras contas a pagar» tinha a seguinte composição:

Outras contas a pagar	31/12/2025	31/12/2024
Remunerações a liquidar	83 892,84	80 900,68
Outros acréscimos de gastos	60 566,62	31 287,20
Cauções / Intermediação de fundos	28 892,92	14 564,02
Total	173 352,38	126 751,90

A rubrica «**Remunerações a liquidar**» corresponde ao direito a férias e subsídio de férias relativo ao ano e que se vence a 31 de dezembro de cada ano. A rubrica de «**Outros acréscimos de gastos**» reflete a periodização económica dos gastos com fornecimentos e serviços externos realizados no ano de 2025.

Fornecimentos e serviços externos

Em 2025, a rubrica «Fornecimentos e serviços externos» tinha a seguinte composição:

CONTA DE GERÊNCIA
RELATÓRIO DE GESTÃO DE CONTAS

Fornecimentos e serviços externos	2025	Peso (%)	2024	Peso (%)
Serviços especializados	123 941,98	14%	144 364,74	19%
Trabalhos especializados	50 485,51	6%	71 855,87	9%
Publicidade, comunicação e imagem	11 196,28	1%	19 481,95	3%
Vigilância e segurança	25 343,61	3%	26 919,52	4%
Honorários - Contratos individuais por avença	7 912,97	1%	10 390,49	1%
Comissões	4 004,48	0%	2 614,29	0%
Conservação e reparação	24 999,13	3%	13 102,62	2%
Materiais de consumo	113 287,06	13%	82 453,65	11%
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	30 029,65	3%	22 863,72	3%
Livros e documentação técnica			33,62	0%
Material de escritório	1 543,72	0%	1 921,09	0%
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	11 505,69	1%	7 755,26	1%
Material de educação, cultura e recreio	49 521,02	6%	26 574,31	3%
Artigos higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	18 361,19	2%	21 192,43	3%
Outros materiais diversos de consumo	2 325,79	0%	2 113,22	0%
Energia e fluidos	78 887,04	9%	66 506,69	9%
Eletricidade	18 222,61	2%	18 821,74	2%
Combustíveis e lubrificantes	21 027,39	2%	16 474,42	2%
Água	39 637,04	5%	31 210,53	4%
Deslocações, estadas e transportes	6 143,74	1%	4 665,20	1%
Deslocações e estadas	6 143,74	1%	4 665,20	1%
Serviços diversos	555 913,73	63%	465 711,35	61%
Rendas e alugueres	23 997,69	3%	19 705,22	3%
Comunicação	17 786,59	2%	17 308,24	2%
Seguros	15 596,13	2%	10 591,29	1%
Limpeza, higiene e conforto	305 432,64	35%	293 256,42	38%
Outros serviços (Cultura, desporto e tempos livres)	193 100,68	22%	124 850,18	16%
Total	878 173,55	100%	763 701,63	100%

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the letters 'R', 'A', and 'Q'.

Os fornecimentos e serviços externos totalizaram gastos na ordem dos 878 mil euros, tendo apresentado como principal componente a subrubrica «Limpeza, higiene e conforto» com um peso relativo de 35%, e que inclui, fundamentalmente, os serviços de limpeza urbana nos arruamentos e infraestruturas da Freguesia. Seguiu-se a contratação de serviços para iniciativas culturais, desportivas e de tempos livres, com um peso relativo de 22%.

Gastos com pessoal

Em 2025, a rubrica «Gastos com o pessoal» apresentou a seguinte composição:

Gastos com o pessoal	2025	Peso (%)	2024	Peso (%)
Remunerações dos membros de órgãos autárquicos	69 576,75	9%	64 630,45	9%
Remunerações do pessoal	555 458,17	72%	492 422,82	71%
Encargos sobre remunerações (CGA / SS)	134 697,49	17%	120 091,72	17%
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	11 225,98	1%	11 672,70	2%
Outros gastos com o pessoal (ADSE / SNS)	115,77	0%	3 837,15	1%
Outros encargos sociais	3 769,78	0%	1 798,44	0%
Total	774 843,94	100%	694 453,28	100%

Transferências e subsídios concedidos

Em 2025, a rubrica «Transferências e subsídios concedidos» apresentou a seguinte composição:

Transferências e subsídios concedidos	2025	Peso (%)	2024	Peso (%)
Instituições sem fins lucrativos	5 159,85	3%	21 836,43	13%
Famílias - Ação social	12 298,36	6%	13 909,34	8%
Famílias - Bolsas (CEI/EAAEE)	172 429,86	91%	102 058,96	60%
Famílias - Outras (eleições)	0,00	0%	32 473,35	19%
Total	189 888,07	100%	170 278,08	100%

As transferências e subsídios concedidos, que totalizaram cerca de 190 mil euros, compreendem, maioritariamente, os pagamentos efetuados ao abrigo das medidas de apoio ao emprego (programas CEI e EAEE), com um peso de 91%.

Outros gastos e perdas

Em 2025, a rubrica de «Outros gastos e perdas» tinha a seguinte composição:

Outros gastos e perdas	2025	Peso (%)	2024	Peso (%)
Correções relativas a períodos anteriores	0,00	0%	949,67	30%
Quotizações	2 220,26	91%	2 075,19	67%
Outros não especificados	225,00	9%	92,05	3%
Total	2 445,26	100%	3 116,91	100%

A rubrica de outros gastos e perdas totalizou 2 445,26 euros, destacando-se a rubrica «Quotizações», com um peso de 91%, refletindo os gastos com a quotização anual da ANAFRE.

5.6. Responsabilidade pelas demonstrações orçamentais

Responsabilidade pelas demonstrações orçamentais (Cfr. Parágrafo 44 da NCP 26)	Nome	Cargo / Órgão
Elaboração	Hugo Miguel Vilar Figueiredo	Contabilista Certificado
Apresentação e aprovação	Miguel António Pereira de Oliveira	Presidente / Executivo
Apresentação e aprovação	Rute Liliana Teixeira Pinto	Secretária / Executivo
Apresentação e aprovação	Bruno Miguel Bessa Ascensão	Tesoureiro / Executivo
Apresentação e aprovação	Ana Paula Fonseca Teles Moreira Silva	Vogal / Executivo
Apresentação e aprovação	António Armindo Torres Ramalho Gouveia	Vogal / Executivo
Apresentação e aprovação	Cláudia Alexandra Magalhães Cristo	Vogal / Executivo
Apresentação e aprovação	António José Fernandes Pinheiro	Vogal / Executivo

O Contabilista Certificado,

Assinado por: **Hugo Miguel Vilar Figueiredo**
 Num. de Identificação: 13479244
 Certificado por: **Ordem dos Contabilistas Certificados**
 Atributos certificados: **Membro da OCC nº 93333**



O Executivo da Junta,

Miguel António Pereira de Oliveira
Bruno Miguel Bessa Ascensão
Rute Liliana Teixeira Pinto
Ana Paula Fonseca Teles Moreira Silva
Cláudia Alexandra Magalhães Cristo
António José Fernandes Pinheiro

6. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS (NCP 26) E DECLARAÇÕES (LCPA)

As demonstrações orçamentais são uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental de uma entidade. Consequentemente, os objetivos das demonstrações orçamentais de finalidades gerais são o de proporcionar informação acerca do orçamento inicial, das alterações orçamentais, da execução das despesas e das receitas orçamentadas, dos pagamentos e recebimentos e do desempenho orçamental.

O relato orçamental pode também proporcionar aos utilizadores informação que indique:

(a) Se os recursos foram obtidos e usados de acordo com o orçamento legalmente aprovado; e (b) Se os recursos foram obtidos e usados de acordo com requisitos legais e contratuais, incluindo limites financeiros estabelecidos pelas autoridades legislativas competentes.

O conjunto completo de demonstrações de relato orçamental para as entidades obrigadas a apresentar demonstrações orçamentais consiste nos documentos seguidamente identificados e, apresentados em anexo ao presente relatório, aos quais se acrescem as declarações previstas na Lei dos Compromisso e Pagamentos em Atraso.

Demonstrações de relato orçamental:

- A.1 - Demonstração de desempenho orçamental;
- A.2 - Demonstração de execução orçamental da receita;
- A.3 - Demonstração de execução orçamental da despesa;
- A.4 - Demonstração de execução do plano plurianual de investimentos;
- A.5 - Anexo às demonstrações orçamentais;
 - A.5.1 - Alterações orçamentais da receita;
 - A.5.2 - Alterações orçamentais da despesa;
 - A.5.3 - Alterações ao plano plurianual de investimentos;
 - A.5.4 - Operações de tesouraria;


- A.5.5 - Contratação administrativa - Situação dos contratos;
- A.5.6 - Contratação administrativa - Adjudicações por tipo de procedimento;
- A.5.7 - Transferências e subsídios - despesa;
- A.5.8 - Transferências e subsídios - receita.

A.6 - Responsabilidade pelas demonstrações orçamentais.

Declarações previstas no artigo 15.º da lei n.º 8/2012, de 21/02 (LCPA):

- A.7 - Declaração de compromissos plurianuais;
- A.8 - Declaração de pagamentos em atraso.





A.1 DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL (DDORC)

CONTA DE GERÊNCIA
RELATÓRIO DE GESTÃO DE CONTAS

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

CLASSIFICAÇÃO		RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (%)					TOTAL	2024
RUBRICA ORÇAMENTÁRIA ECONÔMICA			R.P.	R.E.	T.E.	EMER.	F. ALHEIOS		
	0000	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÔNOMOS- SUBSISTEMA DE SAÚDE	19.850,88					69.850,82	
	000001	GOVERNOS EMPRESAS INGENÇÃO	59.006,88					59.006,88	
	000002	FUNDOS AFERIDO MERCADO ABERTO	19.813,98					19.813,98	
	000003	Segurança Social							
	000004	Administração Regional							
	000005	Administração Local	3.713,24					3.713,24	32.592,65
	000006	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.713,24					3.713,24	
	000007	ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.713,24					3.713,24	
	000008	COMUNICACAO	3.713,24					3.713,24	
	000009	RECURSOS DE EXECUÇÃO	3.713,24					3.713,24	
	000010	ACORDOS/CONVENIOS / AÇOS ELETRONICAS	3.713,24					3.713,24	
	000011	Execução - T.E							
	000012	Diversas	35.426,67					35.426,67	68.019,76
	000013	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	35.426,67					35.426,67	
	000014	SOLIDARIEDADE E QUANTAS-RESERVAS NÃO FINANCEIRAS	35.426,67					35.426,67	
	000015	PROFITOS	35.426,67					35.426,67	
	000016	Subsídios correntes							
	000017	Varia de caro e capitais	187.349,81					187.349,81	31.220,17
	000018	VENHA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	187.349,81					187.349,81	
	000019	VENHA DE BENS	1.312,25					1.312,25	
	000020	FUNDORES E INTERESSES	176,00					176,00	
	000021	BENS IMOVEIS	100,00					100,00	
	000022	MERCADORIAS	756,25					756,25	
	000023	VENHA DE MERCADORIAS - FUNDOS	756,25					756,25	
	000024	SERVICOS	179.937,61					179.937,61	
	000025	ALUGUER DE ESPACIOS E EQUIPAMENTOS	26.425,27					26.425,27	
	000026	SERVICOS SAUDE, RECREATIVOS, CULTURAIS E DESPORT	153.512,34					153.512,34	
	000027	SERVICOS RECREATIVOS	153.512,34					153.512,34	
	000028	ALUGAS	153.512,34					153.512,34	
	000029	ALUGUER DE BENS	21.255,00					21.255,00	
	000030	ALUGUER DE VEICULO	37.329,85					37.329,85	
	000031	ALUGUER DE BARRACA	11.910,00					11.910,00	
	000032	ALUGUER DE ESTABO	16.145,00					16.145,00	
	000033	ALUGUER	24.925,00					24.925,00	
	000034	SERVICOS ESPECIFICOS DAS AUTARQUIAS	44.851,73					44.851,73	
	000035	COMUNICACAO	10.322,85					10.322,85	
	000036	ENERGIA	31.224,88					31.224,88	
	000037	ENFERMIDADES / TRASLADACAO	10.114,00					10.114,00	
	000038	OUTROS	1.000,00					1.000,00	
	000039	MEDICAMENTOS E MATERIAIS	2.218,23					2.218,23	
	000040	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000041	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000042	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000043	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000044	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000045	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000046	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000047	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000048	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000049	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000050	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000051	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000052	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000053	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000054	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000055	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000056	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000057	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000058	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000059	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000060	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000061	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000062	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000063	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000064	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000065	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000066	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000067	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000068	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000069	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000070	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000071	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000072	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000073	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000074	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000075	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000076	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000077	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000078	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000079	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000080	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000081	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000082	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000083	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000084	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000085	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000086	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000087	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000088	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000089	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000090	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000091	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000092	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000093	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000094	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000095	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000096	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000097	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000098	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000099	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000100	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000101	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000102	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000103	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000104	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000105	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000106	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000107	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000108	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000109	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000110	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000111	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000112	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000113	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000114	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000115	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000116	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000117	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000118	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000119	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000120	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000121	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000122	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000123	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000124	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000125	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000126	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000127	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000128	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000129	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000130	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000131	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000132	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000133	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000134	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000135	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000136	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000137	ALUGUER	2.218,23					2.218,23	
	000138	ALUGUER	2.218,23						

CONTA DE GERÊNCIA
RELATÓRIO DE GESTÃO DE CONTAS

CLASSIFICAÇÃO		RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FUNÇÔES DE TRANSFERÊNCIAS DE					TOTAL	TOTAL
Funções Especiais Específicas			R.O.	A.O.	T.E.	EMER.	S. ALIENAT.		
6011		Administração Central - Outras entidades							
6012		Segurança Social							
6014		Administração Regional							
6015		Administração Local							
6016		Execução - T.E.							
6017		Outras							
602		Sucessões de capital							
603		Outras receitas de capital							
604		Receitas não acadêmicas dos departamentos							
605		Receita efetiva (2)	1.038.270,18		28.118,76			1.066.388,94	
606		Receita não efetiva (3)							
607		Receita com ativos financeiros							
608		Receita com passivos financeiros							
609		Súms (4) = (1) + (2) + (3)	2.034.712,88		36.739,15			2.071.452,03	
610		Operações de resarcimento (5)					40.000,00	40.000,00	
611		Despesas correntes	1.011.174,40					1.011.174,40	
612		Despesas com o pessoal	779.152,25					779.152,25	
613		Retribuições Docentes e Departamentais	591.422,28					591.422,28	
614		INVESTIMENTOS	591.422,28					591.422,28	
615		DESPESAS COM O PESSOAL	591.422,28					591.422,28	
616		REMUNERAÇÕES FIXAS E PERMANENTES	591.422,28					591.422,28	
617		INDICADORES DE CRÉDITO DE SOBREVIVÊNCIA E MEMBROS	21.211,34					21.211,34	
618		CPD - M.D.							
619		PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL	301.613,11					301.613,11	
620		PROF. - PESSOAL EM FUNÇÕES	300.613,11					300.613,11	
621		PESSOAL CONTRATADO A TERMO	7.211,74					7.211,74	
622		PESSOAL EM REGIME DE TRAB. OU AVULSO	7.112,27					7.112,27	
623		REPRESENTAÇÃO	12.112,29					12.112,29	
624		SUBSÍDIO DE REFLEXÃO	45.624,10					45.624,10	
625		SUB. REFLEXÃO - PESSOAL DOS QUADROS	45.624,10					45.624,10	
626		SUB. REFLEXÃO - MEMBROS DOS QUADROS ADMINISTRATIVOS	1.470,10					1.470,10	
627		SUBSÍDIO DE TERÇAS E DE NATAL	73.711,11					73.711,11	
628		REMUNERAÇÕES POR DIÁRIA E INTERFERÊNCIA / PRECATORIAS	2.237,61					2.237,61	
629		Ativos Variáveis ou Eventuais	40.325,89					40.325,89	
630		INVESTIMENTOS	40.325,89					40.325,89	
631		DESPESAS COM O PESSOAL	40.325,89					40.325,89	
632		RECURSOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	40.325,89					40.325,89	
633		DIÁRIAS EMPREGADOS	27.047,31					27.047,31	
634		ALUGAS DE CUSTO	292,10					292,10	
635		RECURSOS PARA VIAGENS	7.550,22					7.550,22	
636		ALUGAS SOBREVIVÊNCIA E CREMOS	6.024,66					6.024,66	
637		OUTROS	1.211,11					1.211,11	
638		SUPLENTO DE NECESSIDADE E INSUBSTITUIÇÃO	1.211,11					1.211,11	
639		SEGNOS DE PRESENCIA	4.113,33					4.113,33	
640		SEGNOS ELEMENTOS DA FUNÇÃO	1.770,42					1.770,42	
641		SEGNOS ELEMENTOS DA ASSIDUEZ	2.342,51					2.342,51	
642		Segurança social	145.653,48					145.653,48	
643		INVESTIMENTOS	145.653,48					145.653,48	
644		DESPESAS COM O PESSOAL	145.653,48					145.653,48	
645		SEGURANÇA SOCIAL	145.653,48					145.653,48	
646		ENCARGOS COM A SAÚDE	113,00					113,00	
647		ENCARGOS COM SAÚDE - SUS	113,00					113,00	
648		SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JUVENS	1.820,28					1.820,28	
649		OUTROS RECURSOS PARA A SEGURANÇA SOCIAL	142.111,48					142.111,48	
650		SEGURANÇA SOCIAL PESSOAL REGIME CONTRATO TRAB. EM FUNÇÕES PÚBLICAS	142.653,48					142.653,48	
651		DIÁRIA GERAL DE APOSENTADOS	55.711,11					55.711,11	
652		SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL	55.711,11					55.711,11	

CONTA DE GERÊNCIA
RELATÓRIO DE GESTÃO DE CONTAS

DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL Preço: R\$ 2015		Folha: 1 Ano: 2015
--	--	-----------------------

Período: 2015-01-01 a 2015-12-31 | Despesa: S | Data:

Classificação	REEMBOLSOS PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (R\$)						TOTAL	2014
		R 7	R 8	10E	10F	10G	10H		
02021301	POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	23.549,41						23.549,41	
02021302	EMPRESAS DE SEGURANÇA	1.735,00						1.735,00	
02021303	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	4.735,35						4.735,35	
02021304	CONTRATO DE MANUTENÇÃO ELEVADORES	634,35						634,35	
02021305	CONTRATO DE ASSISTÊNCIA SOFTWARE/HARDWARE	3.000,00						3.000,00	
02021306	CURSO	34,00						34,00	
02021307	CURSO TRABALHOS ESPECIALIZADOS	36.016,47						36.016,47	
02021308	MANUTENÇÃO VEÍCULO	2.13,00						2.13,00	
02021309	CURSO TRABALHOS ESPECIALIZADOS - CURSOS	24.355,00						24.355,00	
02021310	COMUNICADO E CURSOS	3.016,46						3.016,46	
02021311	SERVÍCIOS DE SAÚDE	2.657,01						2.657,01	
02021312	CURSO SEM CURSOS	159.323,42						159.323,42	
02021313	SERVÍCIOS - ATIVIDADES SÍNDIC REPRESENTATIVAS	101.675,42						101.675,42	
02021314	DESPESAS DIVERSAS								
02021315	CURSO SEM CURSOS	7.650,00						7.650,00	
02021316	Cursos e Cursos Anistônicos								
02021317	Transferências e Contribuições Correntes	159.375,00						159.375,00	159.375,00
02021318	Transferências Correntes	159.375,00						159.375,00	159.375,00
02021319	Administrações Públicas								
02021320	Administração Central - Estado								
02021321	Portuguesa								
02021322	Administração Central - Outras entidades								
02021323	Segurança Social								
02021324	Administração Regional								
02021325	Administração Local								
02021326	Entidades do Setor Não Governamental	5.153,00						5.153,00	51.636,43
02021327	EMISSÃO	5.153,00						5.153,00	
02021328	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.153,00						5.153,00	
02021329	TRANSFERÊNCIAS SEM FINS LUCRATIVOS	5.153,00						5.153,00	
02021330	TRANSFERÊNCIAS SEM FINS LUCRATIVOS	5.153,00						5.153,00	
02021331	FAMULADO	194.550,00						194.550,00	194.550,00
02021332	EMISSÃO	194.550,00						194.550,00	
02021333	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	194.550,00						194.550,00	
02021334	FAMULADO	194.550,00						194.550,00	
02021335	OUTRAS	194.550,00						194.550,00	
02021336	PROGRAMAS INTERNACIONAIS	101.659,00						101.659,00	
02021337	OUTRAS	53.204,00						53.204,00	
02021338	EMPREGO APOIADO MERCADO ABERTO	35.315,00						35.315,00	
02021339	EXAMES / OUTRAS	6.800,00						6.800,00	
02021340	APÓIO SOCIAL	12.735,00						12.735,00	
02021341	CURSO								
02021342	Soluções Correntes								
02021343	Outras despesas correntes	5.739,00						5.739,00	57.024,00
02021344	EMISSÃO	5.739,00						5.739,00	
02021345	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.739,00						5.739,00	
02021346	DIVERSAS	5.739,00						5.739,00	
02021347	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.739,00						5.739,00	
02021348	FIN ENGO	340,00						340,00	
02021349	SERVÍCIOS BANCÁRIOS	5.399,00						5.399,00	
02021350	OUTRAS	2.440,00						2.440,00	
02021351	ASSOCIAÇÃO DE PESSOAS	1.000,00						1.000,00	
02021352	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - OUTRAS	220,00						220,00	
02021353	Despesa de Capital								
02021354	Adquirição de bens de capital	10.350,00						10.350,00	102.700,00
02021355	EMISSÃO	10.350,00						10.350,00	
02021356	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	10.350,00						10.350,00	
02021357	INVESTIMENTOS	10.350,00						10.350,00	
02021358	MATERIAL DE TRANSPORTE	10.350,00						10.350,00	
02021359	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	10.350,00						10.350,00	
02021360	REEMBOLSO DE PARTICIPAÇÃO	25,00						25,00	

CONTA DE GERÊNCIA
RELATÓRIO DE GESTÃO DE CONTAS


[Handwritten signatures and initials in blue ink]

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO OPERACIONAL
 Proposta de Emenda

Pág.: 1
 Ano: 2022

Período: 2022/01 a 2022/12/31 C Classificador: 5

Classificação	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (%)					TOTAL	2022
		01	02	03	EMR	RECURSOS		
Fontes Orgânicas Constituídas								
07100	EXERCÍCIOS BÁSICOS	17.249,89					17.249,89	
07101	EXERCÍCIOS BÁSICOS - OUTRO	17.249,89					17.249,89	
07102	PROGRAMAS E PROJETOS	1.171,88					1.171,88	
07103	OUTROS INVESTIMENTOS	34.256,89					34.256,89	
07104	Transferências e subsídios de capital							
07105	Transferências de capital							
07106	Administrações Públicas							
07107	Administração Central - União							
07108	Projetos							
07109	Administração Central - Outras							
07110	Outras							
07111	Segurança Social							
07112	Administração Regional							
07113	Administração Local							
07114	Entidades do Setor não Lucrativo							
07115	Ferrelus							
07116	Outras							
07117	Subsídios de capital							
07118	Outras despesas de capital							
07119								
07120								
07121								
07122								
07123								
07124								
07125								
07126								
07127								
07128								
07129								
07130								
07131								
07132								
07133								
07134								
07135								
07136								
07137								
07138								
07139								
07140								
07141								
07142								
07143								
07144								
07145								
07146								
07147								
07148								
07149								
07150								
07151								
07152								
07153								
07154								
07155								
07156								
07157								
07158								
07159								
07160								
07161								
07162								
07163								
07164								
07165								
07166								
07167								
07168								
07169								
07170								
07171								
07172								
07173								
07174								
07175								
07176								
07177								
07178								
07179								
07180								
07181								
07182								
07183								
07184								
07185								
07186								
07187								
07188								
07189								
07190								
07191								
07192								
07193								
07194								
07195								
07196								
07197								
07198								
07199								
07200								
07201								
07202								
07203								
07204								
07205								
07206								
07207								
07208								
07209								
07210								
07211								
07212								
07213								
07214								
07215								
07216								
07217								
07218								
07219								
07220								
07221								
07222								
07223								
07224								
07225								
07226								
07227								
07228								
07229								
07230								
07231								
07232								
07233								
07234								
07235								
07236								
07237								
07238								
07239								
07240								
07241								
07242								
07243								
07244								
07245								
07246								
07247								
07248								
07249								
07250								
07251								
07252								
07253								
07254								
07255								
07256								
07257								
07258								
07259								
07260								
07261								
07262								
07263								
07264								
07265								
07266								
07267								
07268								
07269								
07270								
07271								
07272								
07273								
07274								
07275								
07276								
07277								
07278								
07279								
07280								
07281								
07282								
07283								
07284								
07285								
07286								
07287								
07288								
07289								
07290								
07291								
07292								
07293								
07294								
07295								
07296								
07297								
07298								
07299								
07300								
07301								
073								



A.2

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA (DOREC)

CONTA DE GERÊNCIA
RELATÓRIO DE GESTÃO DE CONTAS

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

CONTA DE GERÊNCIA - RESUMO DA GESTÃO												
Resumo da Gestão de Contas - 2023												
Classificação	Descrição	Saldo Inicial	Saldo Final	Saldo Médio	Receitas e Despesas		Saldo Contábil			Saldo em Dinheiro	Saldo em Bancos	
					Receitas	Despesas	Saldo Contábil	Saldo Contábil	Saldo Contábil			
01	Saldo Inicial	100.000,00	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	0,00	
02	Receitas				150.000,00	0,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	0,00	
03	Despesas				0,00	120.000,00	0,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00	0,00	
04	Saldo Final	100.000,00	100.000,00	100.000,00	150.000,00	120.000,00	150.000,00	120.000,00	150.000,00	120.000,00	0,00	

Handwritten signatures and initials in blue ink.

A.3 DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA (DODES)

CONTA DE GERÊNCIA
RELATÓRIO DE GESTÃO DE CONTAS

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "R.R." and "A."

CONTA DE GERÊNCIA - RENDIMENTOS E DESPESAS										Data: 31/12/2011	
Banco: 0001-0 - 000000000 - 000000000 - 000000000										Tipo: 000	
Descrição	Conta	Saldo Inicial	Saldo Final	Depositos	Retiradas	Movimentos			Saldo Final	Data	Tipo
						Saldo Inicial	Saldo Final	Saldo Final			
Saldo Inicial		100,00	100,00								
Depositos				100,00							
Retiradas					100,00						
Saldo Final		100,00	100,00								

A.4

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (DPPI)



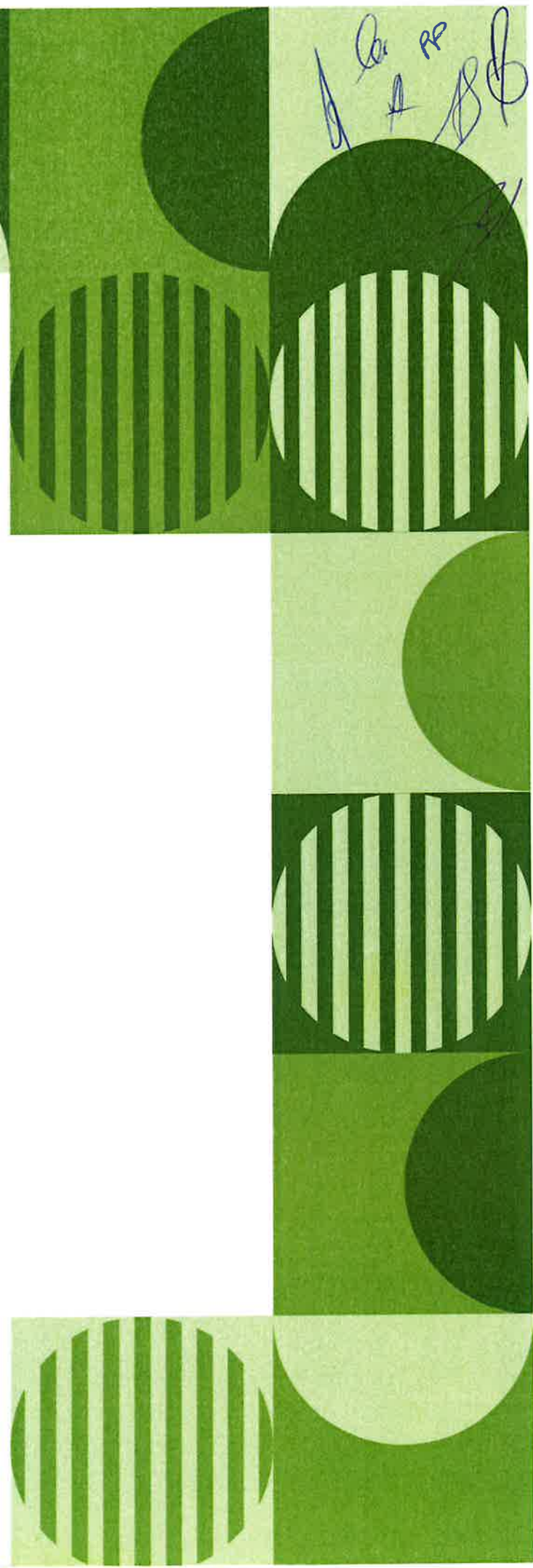
ermesinde
junta de freguesia

A.5

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS




ermesinde
junta de freguesia



A.5.1

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA

A.5.1
A.5.1
A.5.1
A.5.1
A.5.1




A.5.2
ALTERAÇÕES
ORÇAMENTAIS
DA DESPESA

CONTA DE GERÊNCIA
RELATÓRIO DE GESTÃO DE CONTAS

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA							Página: 1	
RESUMO: ALICATAMENTO ORÇAMENTAL E TIPO DE ALOCAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO TIPO DE ALOCAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ANO ORÇAMENTÁRIO DE 2018							ORÇAMENTO DA R.D. : 000	
Tipo de Visualização: TODAS AS FUNÇÕES ORÇAMENTAIS			Despesa:		Contabilidade de anos seguintes:		Euros	
Função	Subfunção	Tipo	Descrição	Alterações Orçamentais			Despesa Orçamentária	Observações
				Incorporações	Cancelamentos	Transfer. espec.		
00	000	00	00000000	00	00	00	00000000	00
			Despesa com o pessoal	21.10	81.000,00	243.714,16	824.714,16	744.000,00
			Remunerações Diárias e	21.10	81.000,00	78.164,21	80.000,00	80.000,00
			Permanentes	21.10	0,00	0,00	0,00	0,00
			Atos e Vantagens do Exercício	21.10	0,00	14.350,33	14.350,33	14.350,33
			Salário-anual	21.10	0,00	17.325,42	17.325,42	17.325,42
			Aplicação de obra e serviços	21.10	0,00	266.363,93	266.363,93	266.363,93
			Transferências e subvênções	21.10	0,00	0,00	0,00	0,00
			Correções	21.10	0,00	0,00	0,00	0,00
			Transferências correntes	21.10	0,00	0,00	0,00	0,00
			Transferências de Capital Vão	21.10	0,00	0,00	0,00	0,00
			Outros	21.10	0,00	0,00	0,00	0,00
			Famílias	21.10	0,00	0,00	0,00	0,00
			Outras despesas correntes	21.10	0,00	0,00	0,00	0,00
			Aquisição de bens de capital	21.10	0,00	344.000,24	344.000,24	344.000,24
			Total		81.000,00	619.078,43	619.078,43	619.078,43

(1) NUNCA;
(2) Tipo - campo de preenchimento do tipo de alteração;
P = Alocação permanente
M = Alteração modificativa



A.5.3

ALTERAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

A.5.4

OPERAÇÕES DE TESOURARIA

CONTA DE GERÊNCIA
RELATÓRIO DE GESTÃO DE CONTAS

PERÍODO 2025 01/02 C 2025 12 31 C OPERAÇÕES DE TESOOURARIA PÁG. 1
DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2025 Freguesia de Ermesinde


TIPO DE CONTAS : AMBAS VISUALIZAR CONTAS S/ MOVIMENTO :

Código das Contas	Designação	Saldo inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo Final
07	07	14.564,02	43.110,51	28.791,61	29.892,92
07.1	07.2	14.564,02	43.110,51	28.791,61	29.892,92
07.1.3	07.2.3	14.564,02	43.110,51	28.791,61	29.892,92
	TOTAL	14.564,02	43.110,51	28.791,61	29.892,92



A.5.5 CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA - SITUAÇÃO DOS CONTRATOS

PERÍODO		TIPO DE CONSULTA		TODOS, COM EXCEÇÃO DOS ANULADOS E ARQUIVADOS		ANO													
01/01/2025 - 31/12/2025		Nomenclatura Mod Adj		TC		2025													
SITUAÇÃO DOS CONTRATOS																			
Prestação de Serviços																			
EMPRESA	Nº PC	DESCRIÇÃO	CONTRATO		VISTO DO TRIBUNAL DE CONTAS		DATA DO PRIMEIRO PAGAMENTO	PAGAMENTOS DA GERÊNCIA				PAGAMENTOS ACUMULADOS				OBSERVAÇÕES	CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO NA BASE DO		
			OBJETO	DATA	VALOR DO CONTRATO	PREÇO CONTRATUAL		Nº REG	DATA	TRABALHOS NOMINAIS	PREÇOS	TRABALHOS A MAIS	TRABALHOS DE SUPLEMENTOS, EMENDAS E OMISSÕES	TOTAL	TRABALHOS NOMINAIS			PREÇOS	TRABALHOS A MAIS
SUBESP/AL S.A.	510652331	ADQUIÇÃO DE VÍDEO	27/05/2025	27.675,00	21.500,00		27/05/2025	27.675,00									27.675,00	7642810	
P. SINGULAR		RAFAELA PIMENTA	29/10/2025	13.580,00	13.580,00		31/11/2025	2.260,00									2.260,00	8083434	
P. SINGULAR		HUGO MIGUEL VIMAR RIGERREDO	20/02/2025	10.405,80	8.480,00		14/03/2025	10.405,80									10.405,80	7515446	
SUBESP/AL S.A.	520388379	BRIGANTELLI, IDA	03/02/2025	9.457,19	7.688,77		30/05/2025	9.457,19									9.457,19	7561542	
SUBESP/AL S.A.	526851280	Rede Ambiente - Engenharia e Serviços S.A.	25/01/2022	1.053.640,00	991.000,00	20221806	16/02/2023	278.883,82									788.156,64	21347202	
TOTAL								318.880,81										837.954,63	




A.5.6 CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA – ADJUDICAÇÕES POR TIPO DE PROCEDIMENTO

CONTA DE GERÊNCIA
RELATÓRIO DE GESTÃO DE CONTAS

ADJUDICAÇÕES POR TIPO DE PROCEDIMENTO
(Freguesia de Ermesinde)

Tipo de contrato	Concurso público		Concurso limitado por prévia qualificação		Procedimento de negociação		Diálogo concorrencial		Ajuste direto		Consulta prévia		Parecer para inovação		TOTAL	
	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual
Empreitadas de obras públicas	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]
Aquisição de serviços	1	994 000,00							3	29 708,77	1	22 500,00 €			5	1 046 208,77
Locação ou aquisição de bens móveis																
Concessão de obras públicas																
Concessão de serviços públicos																
Outros																
TOTAL	1	994 000,00	0	0,00 €	0	0,00 €	0	0,00 €	3	29 708,77	1	22 500,00 €	0	0,00 €	5	1 046 208,77



A.5.7 TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS - DESPESA

A.5.8 TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS - RECEITA



A.6
RESPONSABILIDADE PELAS
DEMONSTRAÇÕES
ORÇAMENTAIS

Responsabilidade pelas demonstrações orçamentais (cfr. parágrafo 44 da NCP 26)	Nome	Cargo / Órgão
Elaboração	Hugo Miguel Vilar Figueiredo	Contabilista Certificado
Apresentação e aprovação	Miguel António Pereira de Oliveira	Presidente / Executivo
Apresentação e aprovação	Rute Liliana Teixeira Pinto	Secretária / Executivo
Apresentação e aprovação	Bruno Miguel Bessa Ascensão	Tesoureiro / Executivo
Apresentação e aprovação	Ana Paula Fonseca Teles Moreira Silva	Vogal / Executivo
Apresentação e aprovação	António Armindo Torres Ramalho Gouveia	Vogal / Executivo
Apresentação e aprovação	Cláudia Alexandra Magalhães Cristo	Vogal / Executivo
Apresentação e aprovação	António José Fernandes Pinheiro	Vogal / Executivo

O Contabilista Certificado,

Assinado por: **Hugo Miguel Vilar Figueiredo**
Num. de Identificação: 13479244
Certificado por: **Ordem dos Contabilistas Certificados**
Atributos certificados: **Membro da OCC nº 93333**



Orgão Executivo,

Em, 22 de ABRIL de 2026

Miguel António Pereira de Oliveira
Bruno Miguel Bessa Ascensão
Rute Liliana Teixeira Pinto
Cláudia Alexandra Magalhães Cristo
António José Fernandes Pinheiro

A.7

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS

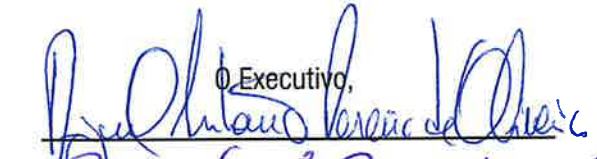




Handwritten signatures and initials in blue ink.

JUNTA DA FREGUESIA DE ERMESINDE

**Declaração de Compromissos Plurianuais existentes em 31-12-2025
(art. 15.º, n.º 1, a) - LCPA)**

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º da LCPA, declaro que todos os compromissos plurianuais existentes em 31 de dezembro último se encontram devidamente registados, pelos seguintes montantes globais:

Ano	Montante
2026	356 338,08 €
2027 e seguintes	0,00 €

O Executivo,


MELHORES DESENVOLVIMENTO PIANO


Cláudio Alexandre de Figueiredo Castro




A.8 DECLARAÇÃO DE PAGAMENTOS EM ATRASO

JUNTA DA FREGUESIA DE ERMESINDE

Declaração de Pagamentos em atraso existentes em 31-12-2025

(art. 15.º, n.º 1, b) - LCPA)

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 15.º da LCPA, declaro que a Freguesia de Ermesinde não tinha à data de 31 de dezembro último quaisquer pagamentos em atraso a fornecedores e/ou Estado e outros entes públicos.

O Executivo,

